



**REPÚBLICA DE ANGOLA**  
**MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS**  
**REDE NACIONAL DE TRANSPORTE DE ELECTRICIDADE**

# PROJECTO DE EXPANSÃO DA REDE DE TRANSPORTE DE ELECTRICIDADE SUL DE ANGOLA (STNEP)

no âmbito do  
PROGRAMA MULTIFÁSICO DE TRANSPORTE REGIONAL,  
COMÉRCIO E DESCARBONIZAÇÃO DE ENERGIA (RETRADE-MPA)

Plano de Envolvimento das  
Partes Interessadas

SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE  
TRANSAÇÕES DO PROJECTO ANNA

Data de apresentação: 2025/09/02

Número do documento: P512716

Revisão: Final Review – Project update engagement



# Índice

<b>1</b>	<b>Introdução/Descrição do projecto</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>Objetivo/Descrição do PEPI</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>Identificação e análise das partes interessadas por componente do projecto</b>	<b>4</b>
3.1	Metodologia	4
3.2	Partes afectadas	4
3.3	Outras partes interessadas	5
3.4	Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis	7
3.4.1	Povos indígenas / Comunidades locais tradicionais historicamente carenciadas da África Subsaariana	8
3.4.2	Considerações de género	10
3.4.3	Prevenção da exploração e abuso sexual/assédio sexual (SEA/SH)	11
<b>4</b>	<b>Programa de envolvimento das partes interessadas</b>	<b>15</b>
4.1	Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projecto (2019 – 2021)	15
4.	Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projecto (2024)	19
4.2.1	Identificação das partes interessadas	20
4.2.2	Estratégia de envolvimento	20
4.2.3	Notificação das partes interessadas	21
4.2.4	Divulgação do projecto	21
4.3	Resumo das necessidades das partes interessadas no projecto e métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessadas	23
4.	Estratégia proposta para incorporar as opiniões dos grupos vulneráveis	28
4.	Estratégia proposta para incorporar as opiniões dos povos indígenas/comunidades locais tradicionais historicamente carenciadas da África Subsaariana	29
4.5.1	Considerações de género	31
<b>5</b>	<b>Recursos e responsabilidades para implementar o envolvimento das partes interessadas</b>	<b>32</b>
5.1	Disposições e recursos para a implementação	32
<b>6</b>	<b>Mecanismo de reclamação</b>	<b>33</b>
6.1	Descrição do mecanismo de reclamação (GM)	34
<b>7</b>	<b>Monitorização e comunicação</b>	<b>41</b>
7.1	Resumo de como o PEPI será monitorizado e relatado (incluindo indicadores)	41
7.2	Relatórios aos grupos de partes interessadas	42

## Anexos

Anexo 1.	Modelo para registar atas/registos das reuniões de consulta	44
Anexo 2.	Orçamento do PEPI	50
Anexo 3.	Tabela de exemplo: Monitorização e comunicação do PEPI	51
Anexo 4.	Documentação distribuída por entidade	53
Anexo 5.	Estratégia de envolvimento	55
Anexo 6.	Formulário de consentimento informado SEA/SH	59

## Figuras

Figura 1-1: Rota preferencial de Kunene (Namíbia) a Lubango (Angola) .....	3
Figura 3-1: Considerações de género durante o envolvimento das partes interessadas.....	14
Figura 6-1 Processo GM .....	41

## Tabelas

Tabela 3.1: Outras partes interessadas identificadas como partes interessadas.....	5
Tabela 4.1: Reuniões realizadas .....	21
Tabela 4-2: Tabela resumida do PEPI .....	24
Tabela 6.1: Formulário de reclamação do projecto.....	35
Tabela 7.1: Reuniões realizadas .....	56
Tabela 7.2: Documentação distribuída.....	57

## Acrónimos

Abreviação	Definição
ANNA	Projecto de Interconexão Angola-Namíbia
DBSA	Banco de Desenvolvimento da África Austral
DNPAIA	Direção Nacional de Prevenção e Avaliação de Impactes Ambientais
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
EPC	Engenharia, Aquisição, Construção
ESIA	Avaliação do Impacto Ambiental e Social
ESMF	Estrutura de Gestão Ambiental e Social
ESMP	Plano de Gestão Ambiental e Social
ESMS	Sistema de Gestão Ambiental e Social
ESS	Norma de Salvaguarda Ambiental e Social
GM	Mecanismo de Reclamação
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana/
ICP	Consulta e participação informadas
IFC	Corporação Financeira Internacional
IP	Povos Indígenas
LIDAR	Detecção e Medição por Luz
MANco	Comité de Gestão
MINAMB	Ministério do Ambiente de Angola
NamPower	Namibia Power Corporation (Proprietary) Limited
RAP	Plano de Ação de Reassentamento
RNT	Rede Nacional de Transporte de Electricidade
QPR	Quadro de Política de Reassentamento
SAPP	Pool de Energia da África Austral
SDG	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
STD	Doença sexualmente transmissível
SR	Relatório de Alcance
ToR	Termos de Referência
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas
VG	Grupo Vulnerável
VGP	Plano para Grupos Vulneráveis
WB	Banco Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
FSE	Quadro Ambiental e Social
IPF	Financiamento de Projetos de Investimento
IP/SSAHUTLC	Povos Indígenas / Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Carentes da África Subsaariana
IPP	Plano para os Povos Indígenas
ONG	Organização Não Governamental
UNDRIP	Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
GBV	Violência baseada no género
SEA/SH	Exploração e abuso sexual/assédio sexual
LMP	Plano de Gestão Laboral
DVIG	Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis
E&S	Ambiental e social
CLO	Oficial de Ligação com a Comunidade
ESCP	Plano de Compromisso Ambiental e Social

# Resumo executivo

## INTRODUÇÃO/DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O Projecto de Interligação Eléctrica entre Angola e Namíbia (ANNA) tem como objectivo a ligação das redes eléctricas de Angola e Namíbia para aumentar a transferência de energia dentro do Polo Energético da África Austral (SAAP - Southern African Power Pool) e, desta forma, aumentar a estabilidade da rede.

O projecto proposto corresponde a uma linha aérea de transporte de electricidade a 400 kV, com um comprimento total de aproximadamente 362 km desde a subestação de Kunene, na Namíbia, em construção, até à subestação do Lubango, localizada em Angola. A maior parte do projecto proposto (aproximadamente 331 km) estará localizada no sul de Angola e o restante (31 km) na Namíbia. As componentes permanentes do projecto incluem as infraestruturas eléctricas (subestações e edifícios de controlo, transformadores, etc.), os apoios/postes da linha eléctrica aérea, as fundações dos apoios, os cabos das linhas eléctricas, as vias de acesso e áreas de servidão (será necessária uma servidão mínima de 27,5 m, com uma faixa de 20 m de largura livre de árvores e obstáculos dentro desta servidão).

O projecto ANNA é coordenado pela SAPP e tem como proponentes a Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT), em Angola, e a NamPower, na Namíbia.

Em Angola, as componentes integrantes do projecto ANNA serão implementadas pelo Projecto de Expansão da Rede de Transporte de Electricidade (STNEP) no âmbito do programa regional de Transporte de Energia, Comercialização e Descarbonização com uma abordagem multifásica (RETRADE – MPA). O projecto permitirá o aumento da capacidade de transporte de energia eléctrica para integrar a SAPP.

O Projecto ANNA tem vindo a ser desenvolvido desde 2017 e já passou por diversas fases de análise e aperfeiçoamento, sendo de destacar que este projecto já foi alvo de processo de Avaliação de Impacte Ambiental e Social (AIAS) e encontra-se neste momento na fase prévia do lançamento do concurso para construção (que contempla nos seus termos de referência os compromissos ambientais e sociais assumidos até à data e a preparação do Plano de Ação para o Reassentamento – PAR).

Em Angola, a AIAS foi aprovada pela Direcção Nacional de Prevenção e Avaliação de Impactes Ambientais (DNPAIA), que emitiu a Licença Ambiental de Instalação do projecto em 17 de Maio de 2021.

Para incorporar as considerações sociais do projecto, divulgar informações na sua área de influência e dar às partes interessadas locais uma oportunidade de expressar os seus comentários, foi preparado um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), que já teve três iterações compiladas até à data. Tendo em conta o tempo decorrido desde a sua última actualização, este PEPI foi preparado ao abrigo do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial (BM) para fornecer uma visão geral do trabalho de consulta e actualização das partes interessadas do Projecto e afectadas (PI) realizado em 2024, bem como detalhes da revisão sobre o envolvimento dos Povos Indígenas / Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsariana (IP/SSAHUTLC<sup>1</sup>) e outros potenciais grupos vulneráveis presentes na área do projecto, e como estes devem ser envolvidos no Projecto ANNA no futuro.

---

<sup>1</sup> Povos Indígenas / Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Carentes da África Subsaariana, sem original em inglês  
Número do projecto P512716, Revisão Final Review – Project update engagement, Data2025/09/02

## OBCJETIVOS/DESCRIÇÃO DO PEPI

O objectivo geral deste PEPI é definir o programa para o envolvimento das partes interessadas, incluindo as formas de consulta e divulgação de informação ao público ao longo do ciclo de vida do projecto.

Para o Projecto STNEP, foi criada uma base de dados das PI que inclui indivíduos ou grupos suscetíveis de serem afetados pelo projecto, outros indivíduos ou grupos que possam ter interesse no projecto e indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis.

Foi dada especial atenção aos indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis (IGDV), uma vez que têm uma maior probabilidade de vir a ser afetados negativamente pelo projecto e que podem ficar mais limitados do que outros na sua capacidade de tirar partido dos benefícios do projecto. No âmbito do projecto, os IGDV podem incluir IP/SSAHUTLC; mulheres e raparigas; agregados familiares chefiados por mulheres, agregados familiares chefiados por órfãos, idosos, pessoas com deficiência e jovens desempregados, bem como indivíduos ou comunidades diretamente afetados pelo projecto, mas incapazes de gerar ou receber benefícios do projecto.

Em Angola, 25 000 pessoas, ou seja, 0,1% da população angolana, pertencem a grupos de IP/SSAHUTLC, entre os quais se incluem os pastores semi-nómadas de língua Otjiherero e as comunidades San. A Norma Ambiental e Social (NAS) 7 do BM reconhece que os IP/SSAHUTLC têm identidades e aspirações distintas dos grupos dominantes nas sociedades nacionais e são frequentemente desfavorecidos pelos modelos tradicionais de desenvolvimento. Em muitos casos, encontram-se entre os segmentos economicamente mais marginalizados e vulneráveis da população, como é o caso de Angola, onde Curoca, classificado como o seu município mais pobre e mais remoto (devido à falta de estradas pavimentadas), é também reconhecido pela sua riqueza cultural e étnica.

Os IP/SSAHUTLC estão indissociavelmente ligados à terra em que vivem e aos recursos naturais dos quais dependem e, por isso, são particularmente vulneráveis se as suas terras e recursos forem transformados, invadidos ou significativamente degradados. Os projectos também podem prejudicar o uso da língua, as práticas culturais, as disposições institucionais e as crenças religiosas ou espirituais que os IP/SSAHUTLC consideram essenciais para a sua identidade ou bem-estar. No entanto, os projectos também podem criar oportunidades importantes para os IP/SSAHUTLC melhorarem a sua qualidade de vida e bem-estar, através da criação de condições de melhor acesso a mercados, escolas, clínicas e outros serviços. Os projectos podem criar oportunidades para que os IP/SSAHUTLC participem e beneficiem de actividades relacionadas com eles e que podem ajudá-los a concretizar a aspiração de desempenhar um papel ativo e significativo como cidadãos e parceiros no desenvolvimento. Considerando a vulnerabilidade dos IP/SSAHUTLC, a NAS7 identifica a necessidade de obter o Consentimento Prévio, Livre e Informado (CPLI<sup>2</sup>) nos casos em que um projecto possa:

- ▶ Ter impactos adversos nas terras e recursos naturais sujeitos a propriedade tradicional ou sob uso ou ocupação consuetudinária;
- ▶ Provocar a deslocação de IP/SSAHUTLC de terras e recursos naturais sujeitos a propriedade tradicional ou sob uso ou ocupação consuetudinária;
- ▶ Ter impactos significativos no património cultural de IP/SSAHUTLC que seja material para a identidade e/ou aspectos culturais, cerimoniais ou espirituais das suas vidas.

A NAS7 reconhece ainda que as IP/SSAHUTLC desempenham um papel vital no desenvolvimento sustentável e podem deter conhecimentos críticos que podem contribuir para a adaptação local às alterações climáticas.

A NAS7 tem por objectivo assegurar que o processo de desenvolvimento promova o pleno respeito pelos direitos humanos, dignidade, aspirações, identidade, cultura e meios de subsistência baseados nos recursos naturais das IP/SSAHUTLC para:

- ▶ evitar impactos adversos sobre as IP/SSAHUTLC ou, quando não for possível, evitar, minimizar, mitigar e/ou compensar esses impactos.

---

<sup>2</sup> FPIC – “Free, Prior, Informed Consent” (Consentimento Livre, Prévio e Informado), sigla original em inglês.

- ▶ promover benefícios e oportunidades de desenvolvimento sustentável para os IP/SSAHUTLC de uma forma que seja acessível, culturalmente apropriada e inclusiva.
- ▶ melhorar a concepção do projecto e promover o apoio local através do estabelecimento e manutenção de uma relação contínua baseada em consultas significativas com os IP/SSAHUTLC afetados ao longo do ciclo de vida do projecto.
- ▶ obter o CLPI das comunidades ou indivíduos afetados nas circunstâncias descritas na NAS 7 para reconhecer, respeitar e preservar a cultura, os conhecimentos e as práticas dos IP/SSAHUTLC, e para lhes dar a oportunidade de se adaptarem às mudanças de uma forma e num prazo aceitável para eles.

As mulheres em Angola continuam a ser vítimas de desigualdades generalizadas, entre os géneros e no seio da família. O aumento da actividade económica das mulheres fora de casa não reduziu o volume de trabalho não remunerado em casa, o que contribui grandemente para aumentar a sua carga de tarefas, dificultando o cuidado das crianças, entre outras actividades domésticas. Adicionalmente, nas zonas rurais, as mulheres desempenham um papel importante na agricultura, o que torna os desafios que enfrentam ainda maiores, pois as suas condições de vida são mais difíceis e as diferenças de género são mais acentuadas (a participação na tomada de decisões continua a ser predominantemente masculina e as mulheres desempenham frequentemente papéis secundários, em silêncio e sem participação).

Igualmente importantes são os obstáculos enfrentados pelas mulheres no que diz respeito ao VIH/SIDA. Existe uma elevada concentração da infecção nas mulheres em idade fértil (mais de metade dos casos de VIH/SIDA são detetados em mulheres), e estas são duplamente discriminadas pelos seus parceiros, sendo frequentemente expulsas das suas casas. Nas zonas rurais, as mulheres com VIH/SIDA enfrentam problemas adicionais, para além da elevada incidência da pobreza, pelo facto de o tratamento ser frequentemente abandonado devido à fraca disponibilidade de serviços de saúde.

Além disso, as mulheres ainda são suscetíveis à violência baseada no género (VBG), que pode deixar as mulheres e as raparigas vulneráveis à violência e ao assédio e impedi-las de denunciar os abusos. Numa obra de grandes dimensões, a mão-de-obra da construção inclui trabalhadores não locais, o que pode exacerbar a VBG através do aumento da procura de trabalho sexual (aumentando o tráfico de mulheres para este fim), o risco de casamento precoce ou o aumento do risco de incidentes de sexo entre trabalhadores e menores, entre outros.

Além disso, estes projectos podem provocar alterações nas dinâmicas de poder entre os membros das comunidades e dentro dos agregados familiares, e o ciúme masculino, um dos principais impulsionadores da VBG, pode ser desencadeado pelo afluxo de mão de obra. Assim, o comportamento abusivo pode ocorrer não só entre o pessoal relacionado com o projecto e as pessoas que vivem nas suas imediações, mas também dentro das casas das pessoas/famílias afectadas.

A prevenção da exploração e abuso sexual e/ou assédio sexual (SEA/SH<sup>3</sup>) no âmbito do Projecto ANNA requer a implementação de políticas claras, formação, monitorização e sistemas de apoio. Estas medidas e planos de gestão abrangentes serão compilados e incluídos no Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESMF<sup>4</sup>) e nos Procedimentos de Gestão de Mão-de-Obra (LMP<sup>5</sup>) do Projecto e incluirão medidas como o estabelecimento de um código de conduta; envolvimento, formação e sensibilização das comunidades, empreiteiros e seus trabalhadores; implementação de mecanismos de reporte/reclamação, controlo e responsabilização; providenciar acesso a sistemas de suporte; e implementação de medidas específicas nos estaleiros de obra.

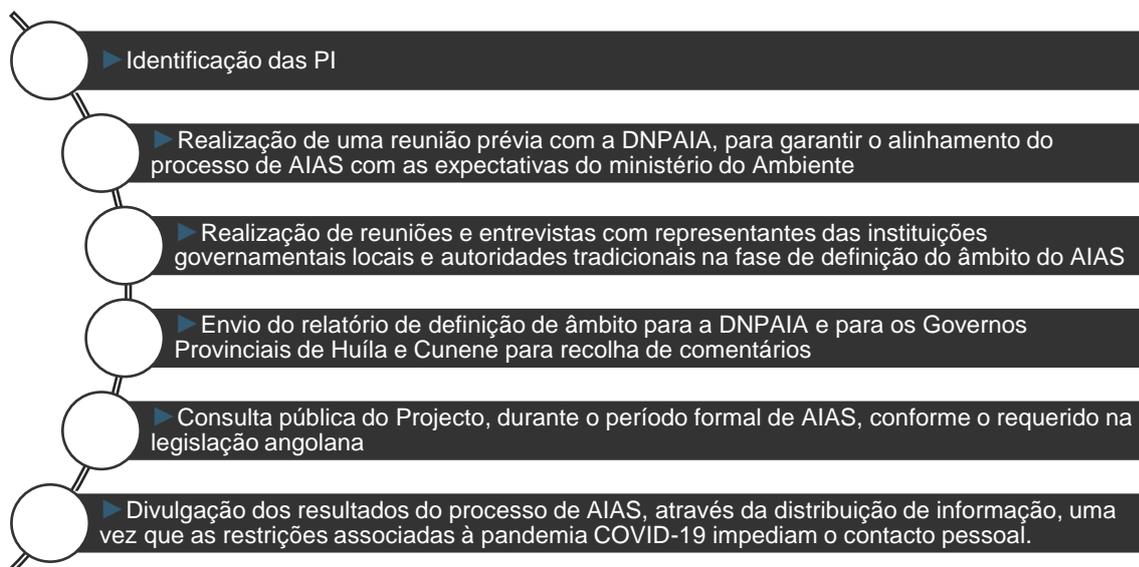
## **PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

Durante a fase de preparação do projecto e da AIAS, de 2019 a 2021, foram realizadas as seguintes actividades de envolvimento das PI:

<sup>3</sup> SEA/SH - Exploração e abuso sexual/assédio sexual, sem original em inglês

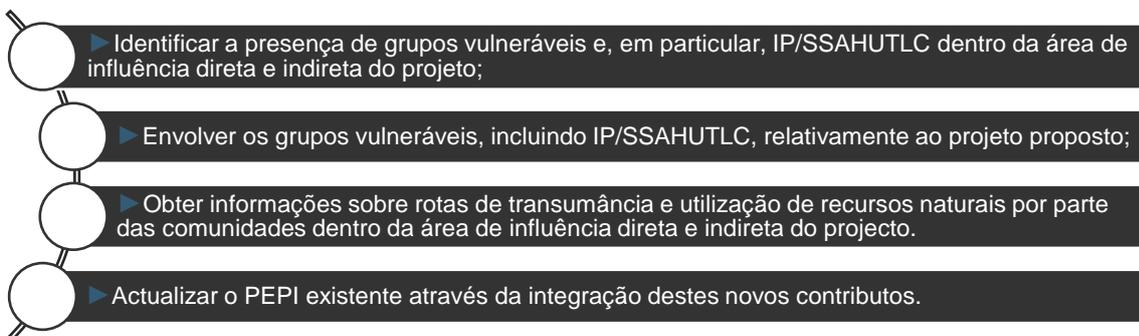
<sup>4</sup> ESMF - Environmental, Social and Management Framework (Estrutura Ambiental, Social e de Gestão), sem original em inglês.

<sup>5</sup> LMP – Procedimentos de Gestão Laboral, sem original em inglês.



### Resumo do envolvimento das PI durante a preparação do projecto (2024)

Em 2024, procedeu-se a uma nova ronda de envolvimento das PI, sendo que os seus objectivos eram:



Na preparação da consulta e envolvimento das PI, teve-se o cuidado de preparar materiais acessíveis aos membros analfabetos ou parcialmente alfabetizados das comunidades através do uso de imagens e gráficos. Foi, ainda, contactada a OCADEC, para garantir a inclusão do máximo de PI, em particular os San, incluídos nos IP/SSAHUTLC.

Foram realizadas reuniões de divulgação do projecto com várias entidades, bem como apresentações públicas. Para assegurar a disseminação da informação, em cada local de reunião foram entregues aos representantes das entidades locais folhetos com informação sobre o projecto, formulários de participação, para serem disponibilizados a quem quisesse participar posteriormente, bem como um cartaz de divulgação e um Resumo Executivo do desenvolvimento atual do Projecto. Foram enviados e-mails a todas as entidades incluídas na base de dados de PI e o website em português ([www.zutari.com/anna-pt/](http://www.zutari.com/anna-pt/)) foi actualizado, tendo sido disponibilizado o Sumário Executivo e o conjunto completo da documentação da AIAS.

As principais questões resultantes das actividades de envolvimento das PI realizadas em 2024, juntamente com as questões identificadas durante a preparação do projecto entre 2019 e 2021, forneceram informações e orientações para as fases seguintes do projecto e são apresentadas a seguir:

- ▶ Devido à sua história recente de Angola, um grande número de mulheres são chefes de família e têm dificuldades acrescidas para assegurar a subsistência das suas famílias.
- ▶ A população das zonas rurais confia em pessoas como funcionários da administração local, assistentes sociais, padres, enfermeiros ou pessoal de ONGs locais para obter mais informações sobre projectos e esclarecer dúvidas/questões.

- ▶ As povoações são bastante dispersas e, em alguns casos, remotas, pelo que, quando se realiza uma reunião, as pessoas, e mais especificamente as mulheres, podem não ser incluídas na notificação e/ou não ter possibilidade de se deslocar para participar.
- ▶ A identificação dos recursos sensíveis a evitar ou a compensar, a ser realizada por especialistas em património, ecologia e sociais, deve ser acompanhada por representantes das comunidades e administrações locais, para que estes possam fornecer informações sobre a sua localização e aconselhar relativamente à sua importância e formas de preservação.
- ▶ O projecto pode exacerbar a VBG e a SEA/SH e levar a gravidezes indesejadas
- ▶ Ao nível da administração provincial e municipal, alguns dos técnicos solicitaram mais informações para incluir o corredor nos seus futuros instrumentos de ordenamento do território.
- ▶ Como parte das medidas de mitigação e compensação dos impactos do projecto, foi sugerida a plantação de árvores para compensar as que forem destruídas durante a fase de construção.
- ▶ As comunidades estão preocupadas com questões relacionadas com a corrupção, a proteção ambiental, o respeito cultural e oportunidades de emprego justas. As comunidades solicitam que sejam adotadas medidas para assegurar a supervisão (fiscalização), o acompanhamento e a avaliação por uma entidade independente das obras, a fim de evitar a corrupção dos organismos governamentais, a má conduta das entidades contratadas (empreiteiros) e garantir que as suas preocupações sejam ouvidas e devidamente tratadas.
- ▶ As comunidades estão preocupadas com o aumento do volume de tráfego e, especificamente, com os acidentes de viação que põem em perigo a vida das pessoas e do gado.
- ▶ A zona onde o projecto está a ser proposto tem uma rede móvel muito má. A falta de rede foi referida como uma questão recorrente pelas comunidades.
- ▶ As escolas rurais são mal mantidas e encontram-se num estado muito degradado. A maioria das escolas precisa de ser reabilitada. Os membros da comunidade questionaram se é possível fornecer painéis solares aos edifícios comunitários e às escolas que precisam de cuidados ou que não têm electricidade.
- ▶ O projecto tem de respeitar o modo de vida nómada de povos como os Munchimba e os Mútua, uma vez que o gado é essencial para a sua sobrevivência e eles não recorrem à agricultura.
- ▶ As comunidades pediram para ser informadas e atualizadas sobre o estado do projecto, para que saibam o que esperar e quando.
- ▶ As propostas de projectos anteriores na área de Gambos prometeram benefícios e melhorias para as comunidades, tais como contribuições para escolas e instalações de saúde, tanques de armazenamento de água, etc., mas estas foram promessas vazias e nada aconteceu. As comunidades solicitam que as promessas feitas sejam concretizadas/implementadas com a fase de construção do projecto.
- ▶ As indústrias extrativas localizadas na área de influência do projecto solicitaram a sua inclusão no planeamento da distribuição de electricidade.

### **Resumo das necessidades, métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das PI**

O PEPI deu especial atenção à inclusão dos IGDV e à obtenção dos seus pontos de vista, sendo que serão tomadas as seguintes medidas para eliminar os obstáculos à participação/acesso à informação:

- ▶ **Identificação dos IGDV:** Durante a concepção final do projecto, os inquéritos sociais detalhados do PAR identificarão o número e a localização dos IGDV afetados pelo projecto. Os líderes tradicionais (sobas e outros líderes/idosos específicos dentro dos grupos IP/SSAHUTLC) serão contactados juntamente com as ONG locais para identificar organizações ou grupos que possam ajudar na identificação de IGDV. Será criada uma lista preliminar dos IGDVs afetados, juntamente com o seu método de comunicação preferido. Os detalhes dos IGDVs devem ser actualizados à medida que este PEPI for sendo actualizado e incluídos na base de dados do projecto. Esta lista será actualizada como um documento vivo ao longo da execução do projecto.
- ▶ **Divulgação de informação:** A divulgação da informação será clara, significativa, transparente e compreensível para garantir o seu acesso ao maior número possível de PI. Toda a informação relacionada com o projecto será simplificada e traduzida para a língua local. Dado que muitos dos IGDV podem ser analfabetos, serão utilizados meios alternativos para ilustrar a informação,

como cartazes com imagens e diagramas. Serão realizadas reuniões comunitárias e debates em grupos de discussão (em especial com os IGDV) e estas plataformas também permitirão que as contribuições dos IGDV sejam documentadas, consideradas pela equipa do projecto e respondidas. As PI serão informadas das diferentes opções para a apresentação de contribuições, incluindo comentários escritos e verbais, de forma anónima e outras opções para IGDVs específicos, tais como reuniões específicas apenas com mulheres ou apenas com IP/SSAHUTLC, para que estes possam contribuir de forma adequada, sem ficarem numa posição vulnerável. A divulgação dos documentos ocorrerá pelo menos 20 dias antes das reuniões.

- ▶ **Notificação:** Para garantir que o projecto seja comunicado da forma mais ampla possível, as notificações das reuniões serão distribuídas através de comunicação directa com os representantes dos IGDVs (cara a cara). Estas notificações convidarão os IGDV a envolverem-se no processo de participação e fornecerão informações sobre o seguinte (i) data, hora e local das reuniões; (ii) objectivo das reuniões, indicando os tópicos a abordar e os oradores; (iii) onde podem obter mais informações sobre o projecto; (iv) como e quando podem apresentar comentários; e (v) oportunidades para qualquer parte interessada levantar questões de preocupação no dia da reunião. Além disso, serão utilizados outros meios de comunicação, conforme apropriado: (i) avisos colocados nas imediações do projecto (em português e na língua local, se aplicável); (ii) avisos públicos afixados em áreas estratégicas (administração municipal e comunal, mercados, etc.); e (iii) anúncios na rádio. A notificação deve ocorrer pelo menos 20 dias antes das reuniões comunitárias.
- ▶ **Registo:** Todas as cópias, comentários, datas e locais exatos das actividades realizadas serão registados no relatório de participação das PI.

## RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI

A equipa da RNT será responsável pelas actividades de envolvimento das PI. As entidades responsáveis pela realização das actividades de envolvimento das partes interessadas são o Empreiteiro EPC, os subempreiteiros e os consultores. A responsabilidade global pela implementação do PEPI cabe ao diretor da Unidade de Implementação do Projecto.

As modalidades de execução do PEPI do projecto são as seguintes:

- ▶ A responsabilidade pela implementação do PEPI e pela gestão e resolução de reclamações é da RNT. O mesmo se aplica a situações em que estejam envolvidos terceiros, nomeadamente o Empreiteiro EPC, subempreiteiros e consultores.
- ▶ É da responsabilidade da RNT estabelecer as estruturas de reporte adequadas com o Empreiteiro EPC nomeado. A RNT deve nomear um Gestor Social que será responsável por assegurar o sucesso da implementação do PEPI.
- ▶ O Empreiteiro EPC informará o Gestor Social da RNT de quaisquer questões relacionadas com o seu envolvimento das PI. O Empreiteiro EPC irá: (i) Antes do início da construção, implementar um Código de Conduta dos Trabalhadores, procedimentos de Saúde e Segurança, formação de sensibilização para a VBG e formação em IP/SSAHUTLC.(ii) Formar todos os trabalhadores sobre o Código de Conduta dos Trabalhadores, procedimentos de Saúde e Segurança e sensibilização para a VBG, bem como qualquer outra formação estipulada nos Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) aprovados; (iii) Registrar, através dos métodos estipulados abaixo, e comunicar à RNT todas as queixas recebidas; (iv) Divulgar o seu processo de recrutamento e cumprir os compromissos assumidos em matéria de recrutamento local; (v) Cumprir os compromissos assumidos em todos os PGAS; (vi) Divulgar todos os PGAS; (vii) Assegurar que é feita a notificação prévia de todas as actividades de construção.

Durante a construção, o Empreiteiro EPC terá a responsabilidade primária na resolução de reclamações causadas pelas actividades de construção. Este processo será monitorizado pela RNT.

Os requisitos da AIAS e dos PGAS serão integrados nos sistemas de gestão do Empreiteiro EPC e dos seus subcontratados para garantir que os compromissos são cumpridos por cada parte responsável.

Recomenda-se que o Empreiteiro EPC integre os seguintes recursos humanos dedicados à gestão ambiental do projecto, permanentemente instalados na obra:

- ▶ Um gestor ambiental e social.
- ▶ Um supervisor ambiental e social.
- ▶ Um especialista em VBG para cada local de trabalho.
- ▶ Um especialista em IP/SSAHUTLC para cada local de trabalho.
- ▶ Uma pessoa responsável pelas relações com as PI externas (comunidades locais, autoridades administrativas).

O(s) agente(s) de ligação à comunidade da RNT assistirá(ão) a equipa do Empreiteiro EPC na organização de reuniões públicas e na divulgação de informações nas comunidades.

O Empreiteiro EPC é responsável por todos os subcontratados nomeados para realizar os trabalhos e por assegurar que estes cumprem os sistemas de gestão aprovados. Recomenda-se, no entanto, que todos os subcontratados sejam obrigados a incluir:

- ▶ Agentes de ligação com a comunidade (ALC): Dado o comprimento da linha de transporte, bem como os desafios de acessibilidade, devem ser nomeados ALCs separados para diferentes partes da linha, responsáveis pelas comunidades específicas nessa área.
- ▶ Especialistas em VBG: Dada a extensão da linha, bem como os desafios de acessibilidade, deve ser nomeado um especialista em VBG separado para diferentes troços da linha responsável pelas comunidades específicas nessa área.
- ▶ Especialistas em PI/SSAHUTLC: Dada a existência de diferentes grupos etnolinguísticos ao longo do corredor e dada a extensão da linha eléctrica, bem como os desafios de acessibilidade, deve ser nomeado um especialista em PI/SSAHUTLC separado para diferentes troços da linha responsável pelas comunidades específicas nessa área.

As actividades de envolvimento das PI serão registadas numa base de dados específica. Após cada actividade formal de envolvimento das PI, será elaborado um relatório que será disponibilizado ao público. O relatório deverá, no mínimo, documentar o seguinte: Data e local de cada reunião, com cópia da notificação às PI; Objectivo do envolvimento; Forma de envolvimento e consulta (reuniões comunitárias, debates em grupos de reflexão, etc.); Número de participantes e categorias de participantes; Detalhes da documentação divulgada aos participantes; Resumo dos principais pontos e preocupações suscitados pelas PI; Resumo da forma como as preocupações das partes interessadas foram respondidas e tidas em conta; Questões e actividades que exigem ações de acompanhamento e forma como as PI serão informadas dos resultados.

### **Mecanismo de reclamações**

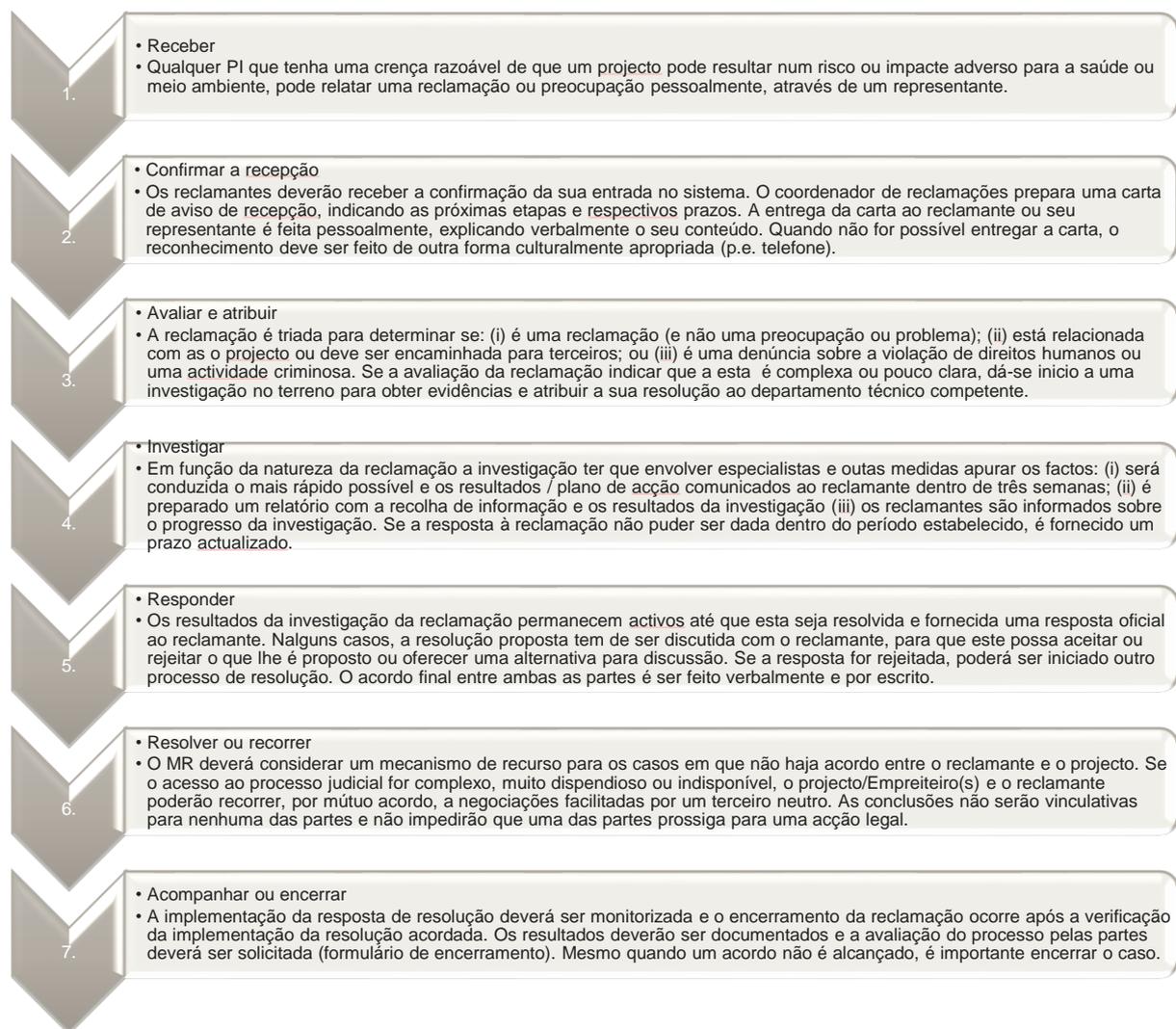
Um Mecanismo de Reclamações (MR) é um sistema que permite que as queixas, questões, sugestões, feedback positivo e preocupações das PI relacionadas com o desempenho ambiental e social de um projecto sejam apresentadas e respondidas atempadamente.

Para que o MR funcione eficazmente, o processo deve ser conhecido e considerado legítimo pelos potenciais reclamantes. Assim, o MR e as vias para apresentação de reclamações serão amplamente divulgados na área do projecto e, especificamente, nas comunidades potencialmente afectadas.

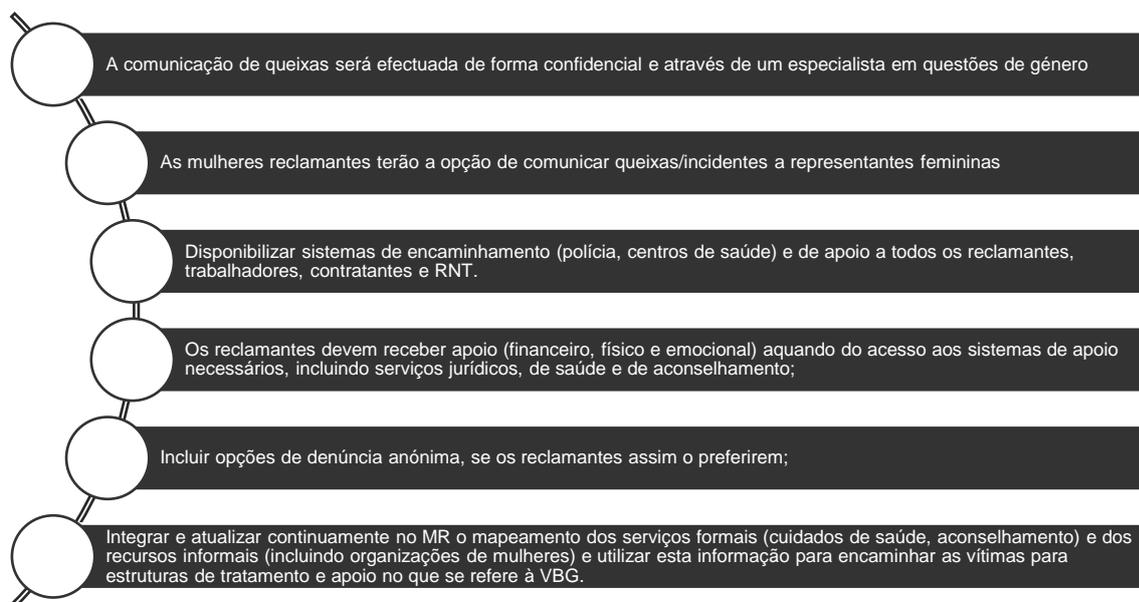
Durante a fase de construção, o(s) Empreiteiro(s) deverá(ão) colocar uma placa do projecto nas áreas a intervir e mantê-la durante todo o período de construção. Esta placa deverá conter os números de telefone e endereço de correio eletrónico para os quais as reclamações poderão ser apresentadas. Tendo em conta a iliteracia de muitos GV, o mecanismo deverá também ser comunicado verbalmente nas comunidades ao longo das ações de envolvimento das PI, para garantir que os procedimentos, as decisões e os resultados sejam compreendidos na íntegra. Durante a fase de operação, a RNT colocará uma placa de aviso em locais visíveis ao longo da faixa de servidão da linha ou em locais públicos das povoações distribuídas ao longo do seu percurso. Estas placas fornecerão os detalhes de contacto (telefone e e-mail) onde as reclamações poderão ser apresentadas.

Com o tempo, será feita uma avaliação da eficácia dos procedimentos do MR. A ausência de reclamações é geralmente vista como um sinal pouco positivo da eficácia do mecanismo, sendo mais provável que a comunidade não acredite que a apresentação de uma reclamação leve a qualquer ação ou não saiba que o mecanismo existe.

O MR seguirá as etapas seguintes, começando com a recepção da reclamação e terminando com a sua resolução ou encerramento.



Nos casos em que há reclamações relativas a questões de EAS/AS, aplicam-se todos os procedimentos acima mencionados, mas devem ser integrados ainda alguns processos adicionais:



## **MONITORIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DO PEPI**

O PEPI será monitorizado com base em dados qualitativos (relatórios de progresso) e quantitativos, associados a indicadores de resultados sobre o envolvimento das PI e o desempenho do mecanismo de reclamações.

O PEPI será revisto e actualizado, se necessário, durante a execução do projecto e será feita uma comunicação e divulgação regular com as comunidades e PI.

# 1 Introdução/Descrição do projecto

O Projecto de Interconexão Angola-Namíbia (ANNA) visa conectar os sistemas eléctricos angolano e namibiano para aumentar as transferências de energia dentro da rede da Southern African Power Pool (SAPP) e aumentar a estabilidade no polo energético.

O projecto proposto consiste numa linha de transporte de electricidade a 400 kV, com um comprimento total de aproximadamente 362 km, que se estende desde a subestação proposta de Kunene, na Namíbia, até à subestação proposta de Lubango, em Angola, dos quais 331 km estarão localizados no sul de Angola e os restantes 31 km na Namíbia (Figura -11). Os componentes permanentes do projecto incluem a infraestrutura eléctrica (subestações e edifícios de controlo, transformadores, compartimentos de transformadores, compartimentos de linhas, barramentos, compensação de energia reativa, etc.), os postes que suportarão a linha de transporte de electricidade, as fundações para suportar os postes, os marcadores da linha de energia e as estradas de acesso e áreas de servidão (será necessária uma servidão mínima de 27,5 metros, com uma faixa de 20 metros de largura limpa de árvores e obstáculos dentro da servidão).

O projecto é coordenado pela SAPP e tem como promotores a Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT) em Angola e a NamPower na Namíbia.

Em Angola, os componentes do projecto de interconectividade ANNA serão implementados pelo Projecto de Expansão da Rede Sul de Angola (STNEP) no âmbito do programa regional para a Transporte, Comercialização e Descarbonização de Energia com uma abordagem multifásica (RETRADE - MPA). O projecto aumentará a capacidade de transporte de electricidade para integrar a SAPP.

O projecto ANNA visa aliviar as atuais restrições ao fornecimento de electricidade e contribuir para a segurança do abastecimento energético, melhorando a distribuição de electricidade na região. Desde a sua concepção, o projecto ANNA teve como objectivo promover o maior impacto económico, social e ambiental positivo possível, garantindo ao mesmo tempo que todos os impactos sociais e ambientais negativos fossem abordados, evitando impactos negativos ou, quando estes não pudessem ser evitados, minimizando-os e compensando-os acima dos impactos estimados. Esta filosofia visa garantir que o projecto tenha um impacto social e ambiental positivo e contribua para o desenvolvimento sustentável global de Angola e da Namíbia.

Até à data, foram concluídos os seguintes trabalhos:

- Estudo de pré-viabilidade, incluindo identificação e triagem de corredores (que incluiu sensibilidades e restrições ambientais e sociais),
- Estudo de viabilidade, incluindo análise detalhada do mercado, desenvolvimento de uma estrutura comercial e caso de negócios (incluindo modelagem financeira e económica detalhada) e uma análise jurídica e de governança,
- Estudos detalhados da rede, incluindo análise da rede seleccionada e análise de sensibilidade para informar o projecto preliminar,
- Análise preliminar do projecto, incluindo um levantamento LiDAR sobre o traçado da linha seleccionada, equipamento terminal preliminar, projecto e perfilagem da subestação e da linha de transporte, e estimativas preliminares dos custos do projecto,
- Avaliação do impacto ambiental e social (ESIA), incluindo o envolvimento das partes interessadas (ver secção seguinte), e
- Foi preparada uma estratégia de aquisição e um projecto de documentos de concurso (incluindo um registo de compromissos ambientais e sociais e termos de referência para um plano de acção de reassentamento).

Em Angola, o ESIA foi realizada de acordo com a Lei-Quadro do Ambiente (Lei n.º 5/98, de 19 de Junho) e os regulamentos de AIA associados. O relatório da ESIA foi apresentado ao Ministério do Ambiente de Angola (MINAMB): Direcção Nacional para a Prevenção e Avaliação dos Impactos

Ambientais (DNPAIA) para tomada de decisão. A DNPAIA emitiu a sua Licença Ambiental de Instalação em 17 de Maio de 2021. A licença continua válida.

O relatório principal da ESIA inclui um Plano de Gestão Ambiental e Social (ESMP) que é apoiado por um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), um Plano para os Povos Indígenas (PPI) e um Quadro de Política de Reassentamento (QPR).

Para incorporar de forma adequada e completa as considerações sociais, divulgar informações sobre o projecto na área de influência e proporcionar às partes interessadas locais a oportunidade de expressar os seus comentários, foi elaborado um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) como parte do ESMP do projecto. Desde a compilação do PEPI original, foram compiladas duas iterações do documento, com a primeira revisão antes da preparação do Relatório ESIA e a segunda após a decisão da DNPAIA de emitir a «Licença Ambiental de Instalação», ou seja, na fase pós-avaliação.

Dado o tempo decorrido desde a última actualização das partes interessadas sobre o estado do projecto, este PEPI foi elaborado ao abrigo do Quadro Ambiental e Social (ESF) do Banco Mundial para fornecer uma visão geral do envolvimento das partes interessadas realizado em 2024, com a intenção de fornecer uma actualização às partes interessadas sobre o projecto, bem como fornecer detalhes específicos sobre os povos indígenas / Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Carenciadas da África Subsaariana (IP/SSAHUTLC) e outros grupos potencialmente vulneráveis presentes na área do projecto, e como eles devem ser envolvidos no Projecto STNEP daqui para a frente.



Figura -11 : Rota preferencial de Kunene (Namíbia) a Lubango (Angola)

## 2 Objetivo/Descrição do PEPI

O objectivo geral deste PEPI é definir um programa para o envolvimento das partes interessadas, incluindo a divulgação de informações públicas e consultas ao longo de todo o ciclo do projecto. O PEPI descreve as formas como a RNT irá comunicar com as partes interessadas e inclui um mecanismo através do qual as pessoas podem levantar questões, dar feedback ou apresentar reclamações sobre o projecto e quaisquer actividades relacionadas com o mesmo. O PEPI enfatiza especificamente os métodos para envolver os grupos considerados mais vulneráveis e que correm o risco de ficar de fora dos benefícios do projecto.

Este PEPI deve ser considerado um documento dinâmico a ser actualizado continuamente ao longo do ciclo de vida do projecto, a fim de se adaptar às condições no local ou atender às necessidades das partes afectadas à medida que essas mudanças se tornam evidentes.

## 3 Identificação e análise das partes interessadas por componente do projecto

### 3.1 Metodologia

Para o Projecto ANNA, as seguintes partes interessadas foram identificadas e analisadas por componente do projecto. Foi desenvolvida uma base de dados das partes interessadas através de uma revisão da literatura, pesquisa na Internet e estabelecendo quais as autoridades que podem ser consideradas partes interessadas no projecto. As partes interessadas incluem indivíduos ou grupos afetados ou suscetíveis de serem afetados pelo projecto («partes afectadas», conforme definido na secção3.2), indivíduos ou grupos que possam ter interesse no projecto («outras partes interessadas», conforme definido na secção3.3) e indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis (conforme definido na secção3.4).

### 3.2 Partes afectadas

As partes afectadas incluem comunidades locais, membros da comunidade e outras partes que possam estar sujeitas a impactos diretos do projecto.

Especificamente, os seguintes indivíduos e grupos se enquadram nesta categoria:

- As pessoas que utilizam ou residem nas áreas atravessadas pela linha de transporte são as principais partes interessadas.
- ONGs relevantes, escolas, centros religiosos, hospitais e outras infraestruturas sociais dentro da área de influência do projecto;
- Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Carenciadas da África Subsaariana (IP/SSAHUTLC), nomeadamente minorias etnolinguísticas, tais como os pastores seminómadas de língua otjherero (Mundimbas/Herero) e as comunidades San (Khoi-San), e áreas rurais remotas onde ainda prevalecem os modos de vida ancestrais africanos.
- Empresas ao longo do percurso.
- A comunidade angolana, o meio académico e outras partes interessadas privadas.
- Administração comunitária:
  - Lubango;
  - Hoque;
  - Capunda Cavilongo (também Kapunda Kavilongo);
  - Quihita (também Kihita);
  - Chimbemba;
  - Cahama (também Kahama);
  - Otchinjau;
  - Chitado;
  - Humbe; e
  - Naulila

### 3.3 Outras partes interessadas

As partes interessadas nos projectos também incluem outras partes além das comunidades diretamente afectadas, incluindo autoridades governamentais nacionais ou locais, políticos, líderes religiosos, organizações da sociedade civil e grupos com interesses especiais, a comunidade académica ou outras empresas, partes com interesse em conservação, energia, cultura e património.

Uma lista de outras partes interessadas é fornecida em Tabela 3.1. Uma lista actualizada de todas as partes interessadas identificadas até o momento é fornecida como um documento independente (separado) deste PEPI.

**Tabela 3.1 : Outras partes interessadas identificadas como partes interessadas**

<b>Categoria</b>	<b>Parte interessada</b>
<b>Atuando a nível internacional e nacional</b>	
<b>Mídia</b>	
<b>Jornais</b>	Jornal de Angola
	Novo Jornal
<b>Televisão</b>	Televisão Pública de Angola (TPA) 1
	TPA 2
	TV Zimbo
<b>Rádio</b>	Rádio Nacional
	Luanda Antena Comercial
	Rádio Ecclesia
<b>Agências governamentais especializadas</b>	
	Fundo de Apoio Social (FAS)
<b>Agências internacionais</b>	
	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
	Agência Norueguesa para a Cooperação para o Desenvolvimento
	Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DfID)
	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
	União Europeia
	Banco Mundial
	Banco Africano de Desenvolvimento
	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) Angola
<b>Instituições políticas e governamentais</b>	
<b>Comissões parlamentares</b>	Comissão Técnica Conjunta Permanente (CTCP)
<b>Partidos políticos</b>	Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)
	União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)
	Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)
<b>Ministérios governamentais nacionais</b>	Ministério do Ambiente
	Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher
	Ministério das Pescas e do Mar
	Ministério da Agricultura e Florestas
	Ministério da Indústria e Comércio

<b>Categoria</b>	<b>Parte interessada</b>
	Ministério das Telecomunicações e Tecnologias da Informação
	Ministério do Ordenamento Territorial e Habitação
	Ministério do Turismo
	Ministério da Energia e Água
	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo
	Ministério da Cultura
<b>Organizações estatais</b>	Angola Telecom
	Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA)
	Empresa Nacional de Distribuição de Energia (ENDE)
	Autoridade Aeronáutica Civil
	Autoridade Aeronáutica Militar
<b>Instituições de investigação</b>	
	Instituto Africano de Investigação
	Instituto Chr. Michelsen (CMI)
	Instituto Sul-Africano de Avaliação Ambiental (SAIEA)
	Associação Regional de Universidades da África Austral (SARUA)
	Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola (INSP)
<b>Atuando a nível regional/local</b>	
<b>ONG</b>	
<b>ONG ambientais</b>	ADRAA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
	Rede Internacional de Rios
	Earthlife África
	Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
	Sociedade científica
	Rede Ambiental Maiombe
<b>ONG de desenvolvimento social</b>	HALO Trust (desminagem)
	Oxfam
	Workshop de Desenvolvimento
	Save the Children UK
	Serviços Internacionais de População (PSI)
	Serviços de Ajuda Católica (CRS)
	Médicos Sem Fronteiras
	Aliança HIV/SIDA
	OJDS - Organização Juvenil para o Desenvolvimento Social
	OCADEC - Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
	GADEC - Grupo de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
	ASPALSIDA - Associação dos Seropositivos e Ativistas de Luta Contra a SIDA
	ALDA (associação luterana para o desenvolvimento de Angola)
<b>ONG femininas</b>	Rede Mulher
	Promaica
	AMEH - Associação das Mulheres Empreendedoras de Pequenos Negócios
	ADCESV - Acção para o Desenvolvimento e Combate à Exclusão Social e Vulnerabilidade
	NHADEM - Núcleo Huila no de Apoio ao Desenvolvimento da Mulher

<b>Categoria</b>	<b>Parte interessada</b>
	IMAS – ENA - Instituto da Mulher para a Ação Social
<b>Organizações civis</b>	
	PRESTIGIO – Associação Juvenil de Angola
	Associação para o Desenvolvimento Rural de Angola (ADRA)
	Associação Mãos Livres
	Associação Justiça, Paz e Democracia
	Centro MOSAIKO
	Associação de Conservação do Ambiente e Desenvolvimento Integrado Rural (ACADIR)
	Fórum das ONG Angolanas (FONGA)
	Cruz Vermelha Angolana
	Sociedade Nacional para os Direitos Humanos
<b>Instituições de investigação</b>	
	Universidade Mandume ya Ndemufayo (Lubango)
	Instituto Politécnico de Ondjiva (Ondjiva)
<b>Instituições políticas e governamentais</b>	
<b>Representação provincial dos ministérios governamentais</b>	Ministério do Ambiente
	Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher
	Ministério das Pescas e do Mar
	Ministério da Agricultura e Florestas
	Ministério da Indústria
	Ministério das Telecomunicações e Tecnologias da Informação
	Ministério do Ordenamento Territorial e Habitação
	Ministério do Turismo
	Ministério da Energia e Água
	Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo
	Ministério da Cultura
<b>Organizações estatais</b>	Administração do Parque Nacional Bicuar
	Autoridades comunais e estruturas tradicionais (estas podem ser complexas e envolver uma variedade de intervenientes)
<b>Autoridades provinciais</b>	Huíla
	Cunene
<b>Autoridades municipais</b>	Lubango
	Chibia
	Gambos
	Cahama
	Curoca
	Ombadja

### 3.4 Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis

Indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis são aqueles com maior probabilidade de serem afetados negativamente pelo projecto, bem como aqueles que, devido às suas circunstâncias, podem ter uma capacidade mais limitada do que outros para aproveitar os benefícios de um projecto. Esses indivíduos ou grupos também podem ser mais propensos a serem excluídos ou incapazes de participar plenamente da consulta geral e, portanto, podem ser necessárias medidas específicas ou assistência para permitir a participação plena.

No âmbito do projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir, entre outros, os seguintes:

- **Povos indígenas / Comunidades locais tradicionais historicamente carenciadas da África Subsaariana (IP/SSAHUTLC)**

Devido ao seu estatuto, os meios de subsistência dos IP/SSAHUTLC podem ser mais suscetíveis aos impactos do projecto e podem ter menos capacidade para participar de forma significativa no envolvimento relacionado com o projecto.

- **Mulheres e raparigas**

Devido ao seu estatuto nas comunidades, as mulheres podem ter menos capacidade para participar no envolvimento relacionado com o projecto, podem ter menos probabilidades de aceder aos benefícios do projecto e podem ser mais suscetíveis aos impactos do projecto, incluindo riscos de violência baseada no género e exploração e abuso sexuais.

- **Famílias chefiadas por mulheres, famílias chefiadas por órfãos, idosos, pessoas com deficiência e jovens desempregados.**

Podem ser mais suscetíveis aos impactos do projecto e menos capazes de participar de forma significativa no envolvimento relacionado ao projecto.

- **Indivíduos ou comunidades diretamente afectados pelo projecto, mas incapazes de gerar ou receber benefícios do projecto.**

Indivíduos e comunidades que vivem ou utilizam terras e recursos naturais, nas proximidades do local do projecto, podem sofrer impactos negativos associados ao projecto, mas é improvável que beneficiem do aumento do acesso à electricidade. Outros benefícios, como oportunidades de emprego, também serão limitados e não beneficiarão todos os indivíduos afectados.

Os grupos vulneráveis dentro das comunidades afectadas pelo projecto serão confirmados e consultados através de meios dedicados, conforme apropriado. A descrição dos métodos de envolvimento que serão realizados pelo projecto é fornecida na secção seguinte s.

### 3.4.1 Povos indígenas / Comunidades locais tradicionais historicamente carentes da África Subsaariana

Os projectos de infraestrutura em grande escala podem ter impactos positivos e negativos sobre os povos indígenas (PI), devido à sua ligação inerente com a terra, os recursos naturais, a proximidade dos locais do projecto ou os seus modos de vida (por exemplo, os San vivem como caçadores-coletores, permanecendo em abrigos rudimentares e deslocando-se dentro dos seus territórios ancestrais (IWGIA, 2009). Os impactos positivos podem incluir a criação de empregos, oportunidades de educação e formação, desenvolvimento económico local, como aquisições de fontes indígenas, e projectos de investimento comunitário, enquanto os impactos negativos podem incluir impactos ambientais, volatilidade económica e impactos nos meios de subsistência e mudanças na dinâmica social e no bem-estar (Teck, 2017).

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), a Convenção C107 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Populações Indígenas e Tribais, de 1957 (n.º 107), e o WB ESS 7 fornecem orientações aos governos e ao setor privado sobre a interação com os povos indígenas (IPs). Embora estes tratados forneçam um quadro e orientações importantes, cada país com populações indígenas tem circunstâncias únicas que exigem um caminho a seguir único.

Em Angola, 25 000 pessoas, ou 0,1% da população angolana, pertencem aos grupos San e Himba (IWGIA, 2011). Em 2016, o financiamento de ONG de menor dimensão que trabalham com PI foi reduzido e, como resultado, algumas organizações encerraram. No mesmo ano, foram realizadas expropriações de terras para o desenvolvimento do turismo, exploração madeireira comercial e projectos nacionais, afetando os assentamentos dos povos indígenas. Não há referências específicas aos PI ou às minorias na Constituição, nem em outras leis nacionais. O Governo de Angola não reconhece o conceito de povos indígenas, conforme afirmado no direito internacional (FAS, 2017a).

O WB ESS 7 reconhece que os Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana (IP/SSAHUTLC) têm identidades e aspirações distintas dos grupos dominantes nas sociedades nacionais e são frequentemente desfavorecidos pelos modelos tradicionais de desenvolvimento. Em muitos casos, eles estão entre os segmentos economicamente mais marginalizados e vulneráveis da população, como é o caso de Angola, onde Curoca, classificado como o município mais pobre e remoto (devido à falta de estradas pavimentadas), também é reconhecido pela sua riqueza cultural e étnica<sup>6</sup>.

A situação económica, social e jurídica dos IP/SSAHUTLC limita frequentemente a sua capacidade de defender os seus direitos e interesses em relação à terra, aos territórios e aos recursos naturais e culturais, e pode restringir a sua capacidade de participar e beneficiar de projectos de desenvolvimento. Em muitos casos, eles não recebem acesso equitativo aos benefícios dos projectos, ou os benefícios não são concebidos ou entregues de uma forma culturalmente adequada, e nem sempre são consultados adequadamente sobre a concepção ou implementação de projectos que afetariam profundamente as suas vidas ou comunidades. O ESS 7 também reconhece que os papéis dos homens e das mulheres nas culturas indígenas são frequentemente diferentes dos papéis nos grupos dominantes e que as mulheres e as crianças têm sido frequentemente marginalizadas, tanto dentro das suas próprias comunidades como em resultado de desenvolvimentos externos, e podem ter necessidades específicas.

Os IP/SSAHUTLC estão intimamente ligados à terra em que vivem e aos recursos naturais dos quais dependem. Por isso, são particularmente vulneráveis se as suas terras e recursos forem transformados, invadidos ou significativamente degradados. Os projectos também podem prejudicar o uso da língua, as práticas culturais, os arranjos institucionais e as crenças religiosas ou espirituais que os IP/SSAHUTLC consideram essenciais para a sua identidade ou bem-estar. No entanto, os projectos também podem criar oportunidades importantes para os IP/SSAHUTLC melhorarem a sua qualidade de vida e bem-estar. Um projecto pode criar melhor acesso a mercados, escolas, clínicas e outros serviços que visam melhorar as condições de vida. Os projectos podem criar oportunidades para os IP/SSAHUTLC participarem e beneficiarem de actividades relacionadas com o projecto que os possam ajudar a concretizar a sua aspiração de desempenhar um papel ativo e significativo como cidadãos e parceiros no desenvolvimento. Tendo em conta a vulnerabilidade dos IP/SSAHUTLC, a ESS7 identifica a necessidade de obter o Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) nos casos em que um projecto possa:

- ▶ Ter impactos adversos sobre terras e recursos naturais sujeitos a propriedade tradicional ou sob uso ou ocupação consuetudinária;
- ▶ Causar a realocização de IP/SSAHUTLC de terras e recursos naturais sujeitos à propriedade tradicional ou sob uso ou ocupação consuetudinária; ou
- ▶ Ter impactos significativos no património cultural dos IP/SSAHUTLC que seja relevante para a identidade e/ou os aspetos culturais, cerimoniais ou espirituais das suas vidas.

A ESS7 reconhece que os IP/SSAHUTLC desempenham um papel vital no desenvolvimento sustentável e podem deter conhecimentos críticos que podem contribuir para a adaptação local às alterações climáticas.

Os objectivos do ESS7 visam garantir que o processo de desenvolvimento promova o pleno respeito pelos direitos humanos, dignidade, aspirações, identidade, cultura e meios de subsistência baseados nos recursos naturais dos IP/SSAHUTLC para:

- ▶ evitar impactos adversos dos projectos sobre os IP/SSAHUTLC ou, quando isso não for possível, minimizar, mitigar e/ou compensar tais impactos.
- ▶ promover benefícios e oportunidades de desenvolvimento sustentável para os PI/SSAHUTLC de uma forma acessível, culturalmente adequada e inclusiva.

---

<sup>6</sup> <https://www.dw.com/pt-002/curoca-a-riqueza-cultural-e-%C3%A9tnica-ofuscada-pela-pobreza-extrema/g-66222274> (Avaliação de Impacto Ambiental); <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/indumentaria-e-pertencia-etnica-no-curoca-sudoeste-de-angola-20159> (Apio ao Programa de Gestão da Cadeia de

- ▶ melhorar a concepção do projecto e promover o apoio local, estabelecendo e mantendo uma relação contínua baseada em consultas significativas com os IP/SSAHUTLC afectados por um projecto ao longo do seu ciclo de vida.
- ▶ obter o FPIC das comunidades ou indivíduos afectados nas circunstâncias descritas no ESS 7 para reconhecer, respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas dos IP/SSAHUTLC, e proporcionar-lhes uma oportunidade de se adaptarem às condições em mudança de uma forma e num prazo aceitáveis para eles.

### 3.4.2 Considerações de género

As mulheres em Angola continuam a sofrer desigualdades generalizadas de género e dentro do agregado familiar. O aumento da actividade económica das mulheres fora de casa não reduziu o volume de trabalho não remunerado que é necessário realizar em casa. Isto contribui grandemente para aumentar a sua carga de trabalho, dificultando o cuidado dos filhos, entre outras tarefas.

Além disso, nas zonas rurais, as mulheres desempenham um papel importante na agricultura, mas os desafios que enfrentam são ainda maiores. Em primeiro lugar, porque as condições de vida são mais difíceis em vários aspetos e, em segundo lugar, porque as diferenças de género são ainda mais pronunciadas (a participação na tomada de decisões continua a ser predominantemente masculina e, apesar do seu papel na agricultura, as mulheres desempenham frequentemente papéis secundários, permanecendo em silêncio e não sendo encorajadas a participar).

Também são importantes os obstáculos enfrentados pelas mulheres no que diz respeito ao VIH/SIDA. Há uma alta concentração de infecção em mulheres em idade fértil (mais da metade dos casos de VIH/SIDA são encontrados em mulheres), e elas são duplamente discriminadas pelos seus parceiros, primeiro como mulheres e depois como mulheres com VIH/SIDA (muitas vezes sendo expulsas de suas casas). Nas zonas rurais, as mulheres com VIH/SIDA enfrentam problemas adicionais para além da elevada incidência de pobreza, nomeadamente o facto de o tratamento no programa retroviral ser frequentemente abandonado, em particular devido à escassa disponibilidade de serviços de saúde<sup>7</sup>.

Além disso, as mulheres também são suscetíveis à violência baseada no género (VBG), um termo abrangente que cobre uma série de comportamentos, incluindo abuso sexual, físico, psicológico e económico. O que o distingue de outros tipos de violência e assédio é o facto de ser dirigido a pessoas devido ao seu sexo ou género, ou afetar desproporcionalmente pessoas de um determinado sexo ou género. A VBG tem origem na desigualdade de género e no poder desigual, o que pode deixar as pessoas, especialmente mulheres e raparigas, vulneráveis à violência e ao assédio e impedi-las de denunciar abusos, e é alimentada por estereótipos de género, que encorajam os homens a serem vistos como naturalmente agressivos e dominantes. A VBG também é frequentemente dirigida àqueles que não aderem aos estereótipos de género, como forma de puni-los por se desviarem do que é considerado um comportamento normal ou esperado (EBDR, CDC & IFC, 2020).

A mão de obra da construção civil pode incluir trabalhadores não locais e, nesse sentido, as mulheres e as raparigas constituem grupos vulneráveis, suscetíveis a potencial violência baseada no género (VBG). A VBG pode ser definida como (Banco Mundial, 2018):

- ▶ Violência física (como esbofetear, pontapear, bater ou usar armas);
- ▶ Abuso emocional (como humilhação sistemática, comportamento controlador, tratamento degradante, insultos e ameaças);
- ▶ Violência sexual, que inclui qualquer forma de contacto sexual não consensual, incluindo violação;
- ▶ Casamento precoce/forçado, que é o casamento de um indivíduo contra a sua vontade, ocorrendo frequentemente antes dos 18 anos, também referido como casamento infantil;

<sup>7</sup> União Europeia (2014). Diagnóstico de Género de Angola. PAANE II – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais.

- ▶ Abuso económico e negação de recursos, serviços e oportunidades (tais como restringir o acesso a recursos financeiros, de saúde, educacionais ou outros com o objectivo de controlar ou subjugar uma pessoa);
- ▶ Tráfico e rapto para exploração; e
- ▶ Violência por parceiro íntimo (IPV) perpetrada por um parceiro atual ou anterior, inclui uma série de atos de violência.

Grandes obras civis podem exacerbar a violência de género através do seguinte (Banco Mundial, 2018):

- ▶ Projetos com grande afluxo de trabalhadores podem aumentar a procura por trabalho sexual — e até mesmo aumentar o risco de tráfico de mulheres para fins de trabalho sexual — ou o risco de casamento precoce forçado em uma comunidade onde o casamento com um homem empregado é visto como a melhor estratégia de subsistência para uma adolescente. Além disso, salários mais altos para os trabalhadores numa comunidade podem levar a um aumento do sexo transacional. O risco de incidentes de sexo entre trabalhadores e menores, mesmo quando não é transacional, também pode aumentar. Um aumento no consumo de álcool e/ou drogas ilegais devido a salários mais altos para os trabalhadores nas comunidades pode exacerbar ainda mais os incidentes de violência de género e exploração sexual.
- ▶ Os projectos criam mudanças nas comunidades em que operam e podem causar mudanças nas dinâmicas de poder entre os membros da comunidade e dentro dos lares. O ciúme masculino, um fator-chave da violência de género, pode ser desencadeado pelo afluxo de mão de obra num projecto quando se acredita que os trabalhadores estão a interagir com as mulheres da comunidade. Assim, o comportamento abusivo pode ocorrer não só entre o pessoal relacionado com o projecto e aqueles que vivem no local do projecto e arredores, mas também dentro dos lares das pessoas afectadas pelo projecto.
- ▶ Quando ocorre a redistribuição de terras, por exemplo, devido ao reassentamento para obras civis, as mulheres podem ficar extremamente vulneráveis à violência de género. Isto é particularmente verdadeiro em países onde os sistemas jurídicos impedem as mulheres de deter títulos de propriedade.

As oportunidades de emprego para mulheres e raparigas são limitadas devido à falta de opções de transporte adequadas. Ao criar oportunidades de emprego para mulheres nos projectos, as equipas devem estar cientes de que, em alguns contextos, o deslocamento para o trabalho pode forçar mulheres e raparigas a usar rotas de transporte inseguras e mal iluminadas ou transportes públicos inseguros. O risco de violência aumenta quando as mulheres são obrigadas a percorrer longas distâncias para aceder a oportunidades de trabalho ou são forçadas a viajar à noite.

### 3.4.3 Prevenção da exploração e abuso sexual/assédio sexual (SEA/SH)

A prevenção da exploração e abuso sexual/assédio sexual (SEA/SH) para o projecto ANNA proposto requer políticas claras, formação, monitorização e sistemas de apoio. Isto torna-se mais complexo devido à distância abrangida pelo projecto, bem como à natureza remota de grandes secções da linha de transporte.

De acordo com os requisitos do Banco Mundial, em particular o ESS10, todos os projectos precisam ter vias proporcionais para receber e lidar com reclamações de SEA/SH de forma ética. No projecto ANNA, os impactos sociais adversos podem derivar de questões relacionadas à interação entre trabalhadores e comunidade, particularmente relacionadas ao influxo de mão de obra nas principais obras civis, devido à necessidade de contratar trabalhadores de fora das áreas do subprojeto (idealmente maximizando o recrutamento de trabalhadores locais) e às condições de trabalho. Podem ocorrer incidentes relacionados com a violência baseada no género (VBG) e, em particular, com a VSE/VSP, tanto no ambiente de trabalho como nas comunidades/populações vulneráveis nas áreas de implementação do projecto.

O projecto ANNA preparará medidas de mitigação adequadas para o afluxo de mão de obra, incluindo um Código de Conduta (CoC) para Empreiteiros/Trabalhadores com medidas específicas para mitigar os riscos de GBV/SEA/SH, de acordo com o Quadro Ambiental e Social, descrito nas Normas Ambientais e Sociais (ESS1, ESS10, ESS2 e ESS4) e nas Notas de Boas Práticas para abordar a SEA/SH em IPF que envolvem Grandes Obras Civis.

Para uma resposta eficaz à SEA/SH, o projecto também irá prever se todos os trabalhadores e prestadores de serviços do projecto estão formalmente vinculados a um contrato de trabalho ou de serviços, de acordo com a legislação local, e irá preparar um Código de Conduta com disposições e sanções específicas para incidentes de SEA/SH, a aplicar a todos os trabalhadores afetados relacionados com as actividades do projecto.

Embora sejam compilados planos de gestão abrangentes e incluídos no Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESMF) e no Plano de Gestão Laboral (LMP), são propostas as seguintes medidas para abordar a SEA/SH no projecto ANNA:

### **1. Preparação de um Plano de Prevenção e Resposta a SEA/SH para o projecto**

Um Plano de Prevenção e Resposta a SEA/SH deve ser preparado e implementado pelo Projecto, para prever e mitigar incidentes de SEA/SH relacionados com o Projecto. Um Mecanismo de Reclamação (GM) sensível à GBV e SEA/SH, com uma abordagem centrada nas vítimas, é um requisito fundamental para abordar e responder adequadamente a qualquer alegação reconhecida pelo Projecto.

O plano de mitigação de SEA/SH incluirá um sistema de monitorização e avaliação para garantir a qualidade das ações de mitigação e a eficácia dos resultados.

### **2. Estabelecer políticas e códigos de conduta claros**

Aplicar uma política de tolerância zero para SEA/SH, delineando claramente os comportamentos inaceitáveis e as consequências associadas às violações. Qualquer pessoa considerada culpada de SEA/SH deve enfrentar demissão imediata e ser denunciada às autoridades locais responsáveis pela aplicação da lei.

Será elaborado um Código de Conduta (CoC) para os colaboradores do projecto e prestadores de serviços, e todos os funcionários e contratados deverão assiná-lo, afirmando o seu compromisso em cumprir essas normas.

### **3. Envolvimento da comunidade, formação e sensibilização**

Envolver-se com as comunidades locais, funcionários e contratados para aumentar a sensibilização sobre SEA/SH.

Oferecer formação obrigatória sobre SEA/SH para todos os funcionários, contratados e subcontratados. Essa formação deve abranger definições, políticas, mecanismos de denúncia e a importância de manter um local de trabalho respeitoso.

Realizar sessões regulares de formação de reciclagem para reforçar a importância da prevenção de SEA/SH e actualizar os funcionários sobre quaisquer alterações nas políticas.

Também devem ser realizadas campanhas de formação e sensibilização nas comunidades dentro da área de influência do projecto durante o envolvimento formal. As comunidades devem ser informadas sobre os mecanismos disponíveis para denunciar e relatar incidentes.

### **4. Mecanismos de denúncia**

Estabeleça mecanismos de denúncia confidenciais e acessíveis, incluindo caixas de reclamações (tanto para funcionários e contratados do projecto quanto para membros da comunidade), oficiais de GBV e ferramentas específicas no mecanismo de reclamação.

### **5. Monitorização e responsabilização**

O contratante EPC deve realizar auditorias regulares e visitas ao local para garantir a conformidade com as políticas de SEA/SH, incluindo a confirmação de que todas as formações e campanhas de sensibilização necessárias e o código de conduta foram assinados.

## **6. Sistemas de apoio**

Fornecer acesso a serviços de apoio às vítimas de SEA/SH, tais como aconselhamento, cuidados médicos e assistência jurídica.

## **7. Medidas específicas nos locais de construção**

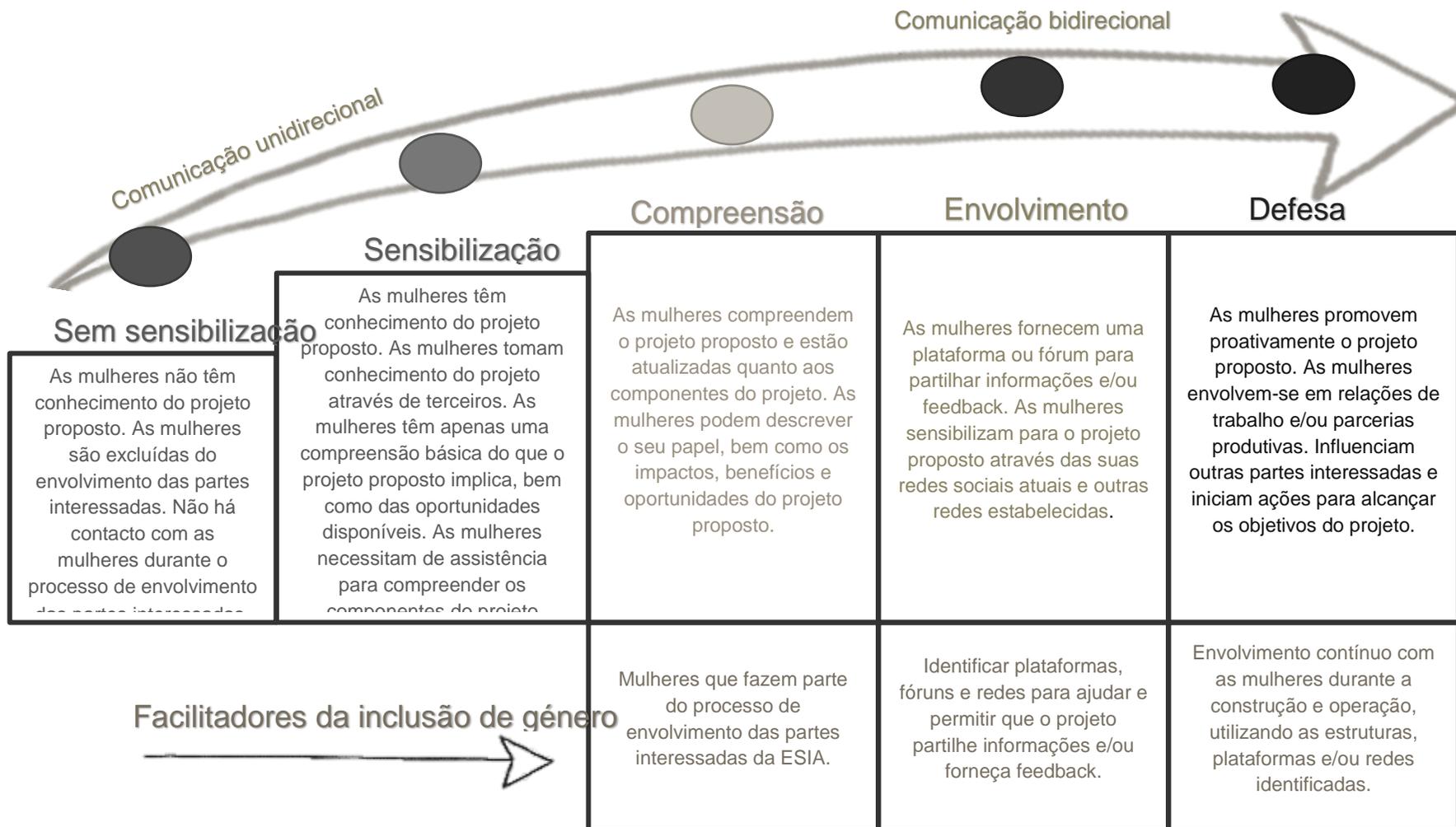
Implementar medidas de segurança nos locais de construção e arredores e nos acampamentos dos empreiteiros, incluindo a garantia de iluminação adequada, presença de pessoal de segurança e alojamento seguro. Devem ser fornecidas instalações separadas, incluindo casas de banho e vestiários, para homens e mulheres.

### **Abordagem centrada nas vítimas**

A abordagem centrada nos sobreviventes visa fornecer a resposta mais adequada à natureza sensível dos incidentes de VSE/VSE, a fim de evitar danos potenciais aos sobreviventes, tais como estigmatização, rejeição e exposição a situações de insegurança. De acordo com isso, as orientações recomendadas para lidar com esses riscos, detalhadas na Nota de Boas Práticas para Lidar com SEA/SH em IPF envolvendo Grandes Obras Civis (WB, 2020), destacam que todas as informações sobre seus direitos, processo de GM e serviços de apoio holístico disponíveis devem ser fornecidas aos sobreviventes, incluindo detalhes sobre o caminho do protocolo SEA/SH do GM do Projecto. A sobrevivente deve ter direito à confidencialidade estrita e à escolha de prosseguir com a investigação administrativa e as etapas seguintes para responder à alegação, de acordo com o consentimento informado. A visão e a decisão da sobrevivente devem ser respeitadas em todas as etapas do processo.

A abordagem centrada na sobrevivente apresenta mecanismos específicos para garantir:

- Confidencialidade e abordagem ética (garantindo que nenhuma informação seja divulgada sem o consentimento informado da pessoa em questão e tornando anónimas todas as informações registadas no sistema de gestão GM)
- Consentimento informado (as sobreviventes devem ter todas as informações necessárias para tomar decisões informadas; as informações devem ser fornecidas numa linguagem que a sobrevivente compreenda, de forma clara e acessível, e devem levar em consideração as suas circunstâncias pessoais)
- Segurança (a segurança da sobrevivente deve ser sempre considerada a primeira e mais importante prioridade)
- Respeito (as ações devem ser orientadas pelo respeito aos direitos e escolhas dos sobreviventes. Os sobreviventes precisam sentir que são acreditados e que têm controlo sobre o que lhes acontece)
- Não discriminação (as sobreviventes de violência devem receber tratamento igual e justo, independentemente da sua idade, raça, religião, nacionalidade, etnia, orientação sexual ou quaisquer outras características)
- Acesso a serviços holísticos de qualidade (saúde, psicológicos, jurídicos/segurança, abrigo/refúgio, apoio à subsistência, conforme necessário).



**Figura -31 : Considerações de género durante o envolvimento das partes interessadas**

## 4 Programa de Envolvimento das Partes Interessadas

### 4.1 Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projecto (2019 – 2021)

Durante a preparação do projecto, foram realizadas as seguintes reuniões de consulta pública durante a fase inicial da ESIA, de 2019 a 2021.

#### 4.1.1 Identificação das partes interessadas

As partes interessadas foram identificadas através de consultas ao Ministério do Ambiente de Angola e da realização de uma revisão da literatura e pesquisa na Internet, a fim de determinar quais as autoridades que podem ser consideradas partes interessadas no projecto.

Foi compilada uma base de dados das partes interessadas no projecto, que inclui departamentos governamentais, líderes tradicionais, autoridades nacionais, provinciais, municipais, comunais e tradicionais, e organizações não governamentais (ONG) da área.

#### 4.1.2 Reunião prévia à candidatura

Foi realizada uma reunião prévia à candidatura com a DNPAIA em 3 de setembro de 2018 com a Aurecon (agora Zutari) e representantes da RNT, para apresentar o projecto e garantir que o processo de ESIA a ser seguido está em conformidade com os requisitos e/ou expectativas do Ministério.

#### 4.1.3 Envolvimento inicial das partes interessadas

Foi realizada uma série de reuniões e entrevistas com representantes de todas as instituições governamentais locais relevantes e autoridades tradicionais (Sobas<sup>8</sup>, Seculos e outros líderes/anciãos específicos dentro dos grupos IP/SSAHUTLC) durante a fase de trabalho de campo de definição do âmbito, em abril de 2019, conforme abaixo:

- Governo Provincial da Huíla: Nuno Mahapi, vice-administrador (10 de abril de 2019)
- Administração Comunal de Hoque Soba Hoque: Paulo Caluimbo e Jose Manuel Amuçica, Administrador adjunto; Soba (10 de abril de 2019)
- Município de Chibia: Eduardo Comena Audalo, Administrador social (11 de abril de 2019)
- Administração Comunal de Capunda-Cavilongo: Jaime Federico, Administrador (11 de abril de 2019)
- Município de Gambos: Julieta Vitoria Casseça e Fernando Manuel, Administrador adjunto do setor económico e social e administrador adjunto do setor financeiro (12 de abril de 2019)
- Habitante de Hoque: Sr. Bernardo (13 de abril de 2019)
- Habitantes de Cahila: José Viçaca (Tristeza) e Beto Amaral (14 de abril de 2019)
- Assentamento Soba Chimbolelo: Mulango Katiko, Soba (14 de abril de 2019)
- Administração comunitária de Chimbemba: António Chipinga, administrador (15 de abril de 2019)
- Administração Municipal de Cahama: Lurdes Maçedo de Oliveira, Administradora (15 de abril de 2019)

---

<sup>8</sup> Um soba é o líder ou chefe tradicional e detém a alta autoridade nas aldeias e comunidades angolanas. O soba representa a sua comunidade quando interage com a Administração Municipal/outras autoridades.

- Administração Comunal de Cahama Soba Cahama: Daniel Eusebio e Moises Veranda, Administrador Soba (15 de abril de 2019)
- Administração Comunal de Otchinjau: David Calaungela e Beto Fernando, secção económica e organização comunitária (16 de abril de 2019)
- Soba Matatona: Muamapi Cuatcienda, Soba (16 de abril de 2019)
- Município de Ombadja: Albertina José; Venancio Miguel Dias; Adam Jambu e Reino Texas: Administrador; Chefe da secção política; Chefe da secção técnica; Secretário-chefe/administrativo (16 de abril de 2019)
- Administração Comunal de Naulila: Colmencil Elisando Santos, Administrador (17 de abril de 2019)
- Administração Comunal de Humbe: Aguinaldo Cauna; Wilson Pinto; Feliciano Lonato, Chefe do departamento técnico; Administrador da sede; Secretário de Soba (22 de abril de 2019)
- Base Aérea de Cahama: Neves Cachimbanba, Comandante da Base Aérea (23 de abril de 2019)
- Administração Municipal de Cahama: Nicolau, Administrador Adjunto, Finanças (23 de abril de 2019)
- Administração Comunal de Quihita: Alfredo Moreno; Paulo Pianbundo; Ana Daniel, Administradora; Secretária-chefe; Administradora assistente (24 de abril de 2019)

Durante estes compromissos, o projecto proposto foi apresentado, outras partes interessadas foram identificadas para inclusão na base de dados das partes interessadas e foram recolhidas mais informações para determinar quais seriam os meios de comunicação mais adequados em áreas remotas e como comunicar com os povos indígenas. As principais conclusões do envolvimento inicial das partes interessadas incluíram:

- O projecto foi geralmente bem recebido pelas autoridades administrativas oficiais, mas estas solicitaram que fossem consideradas formas de as comunidades afectadas poderem beneficiar do mesmo, ou pelo menos da presença de infraestruturas de grande dimensão no seu território.
- A falta de acesso à electricidade é um problema significativo no corredor, identificado tanto pelos municípios como pelas administrações comunitárias. Ficou também muito claro que a necessidade de fornecer electricidade de forma eficaz às populações é considerada crucial por todas as partes interessadas.
- O projecto também foi bem recebido pelas comunidades locais e pelas autoridades tradicionais, que também solicitaram beneficiar do projecto, não necessariamente (ou apenas) do fornecimento de electricidade, mas sim para resolver a questão relacionada com a falta de água, que é uma grande preocupação na região.
- Todas as partes interessadas preferem reuniões diretas e consideram esta forma como o método mais eficaz para envolver as pessoas e transmitir informações às PAP em todos os níveis de compreensão da população.
- A região em geral apresenta altos níveis de desemprego e falta de competências, o que contribui para o elevado nível de pobreza multidimensional local.
- A corrupção, o nepotismo e a preferência política na atribuição de empregos requerem atenção para garantir que nenhuma pessoa seja favorecida devido ao seu género, grupo étnico ou filiação política.
- Em Angola, existe uma diferença significativa na compreensão dos problemas e desafios locais entre as autoridades administrativas oficiais (administrações provinciais, municipais e, por vezes, comunais) e as comunidades rurais. As administrações parecem não ter um

conhecimento claro das áreas remotas, e as comunidades rurais sentem-se isoladas (má comunicação) e ignoradas.

- Em geral, as partes interessadas têm pouca experiência com projectos semelhantes e não parecem estar familiarizadas com os impactos e consequências associados à construção de uma linha de transporte. A sua principal preocupação estava relacionada com a capacidade de utilizar/passar pela área afetada após a construção. A população rural mais a sul, mais perto da fronteira com a Namíbia, já tinha visto linhas de transporte e sabia que o gado podia passar por cima e por baixo delas, uma vez que a circulação do gado era o seu principal foco.
- Embora não exista atualmente um conflito evidente, há uma questão de ocupação de terras na região entre Lubango e Cahama, entre proprietários de gado e grandes fazendas organizadas. As fazendas têm ocupado áreas/corredores de transumância, usados para a movimentação sazonal do gado, reduzindo assim o espaço disponível e invadindo as rotas para as áreas de água e pastagem. Na mesma área, há actividade industrial de pequena escala (principalmente mineração de granito ornamental em pedreiras) adjacente à estrada principal, o que também contribui para limitar o espaço disponível para pastagem e transumância.
- Nas comunidades rurais, o risco de contrair VIH/SIDA pode não ser reconhecido como um risco válido e, por vezes, é associado a práticas de bruxaria.
- As populações rurais, e especificamente os IP/SSAHUTLC, muitas vezes não enviam os seus filhos à escola devido a práticas consuetudinárias, falta de dinheiro e, por vezes, discriminação e bullying por parte de outros alunos e até mesmo professores, o que contribui para o baixo nível de alfabetização na região, bem como para a pobreza multidimensional.
- Podem surgir obstáculos culturais à livre expressão de opiniões, por exemplo, as mulheres podem não falar na presença de homens e não podem discordar deles, ou grupos marginalizados, como os IP/SSAHUTLC ou outros indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis (DVI), podem não ser capazes/autorizados a transmitir as suas preocupações. Além disso, se a tradução das línguas locais depender exclusivamente de uma entidade oficial (por exemplo, quando liderada por administrações municipais ou comunais) ou de uma posição unilateral (por exemplo, filiação ao principal partido político), a informação transmitida pode ser fragmentada e editada.
- Os recursos culturais identificados até agora incluem alguns pequenos cemitérios, geralmente localizados adjacentes a povoados, e um local especial mencionado pelos habitantes locais, uma pedra sagrada (“emanha ocusso”) localizada a norte de Cahama e a leste da estrada principal. Esses recursos etnoculturais precisam ser protegidos e, se possível, o projecto deve evitar afetá-los.
- A área de estudo tem grupos étnicos indígenas reconhecidos internacionalmente, classificados pelo Banco Mundial como Povos Indígenas/Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Carenciadas da África Subsaariana (IP/SSAHUTLC), nomeadamente minorias etnolinguísticas como os pastores seminómadas de língua otjherero e as comunidades san, e áreas rurais remotas onde ainda prevalecem os modos de vida ancestrais africanos, ambos presentes nas províncias da Huila e do Cunene. Destaque nesta região também para os Mumuilas (grupo Nyaneka-nkhumbi, família etnolinguística «Bantu»), que também preservam fortemente as suas tradições (em todos os casos mais evidente nas mulheres do que nos homens, devido ao uso de trajes tradicionais). As áreas rurais dentro do corredor têm uma alta predominância de comunidades tradicionais e os diferentes grupos étnicos são frequentemente misturados, podendo viver no mesmo povoado e trabalhar para o mesmo proprietário de gado.

#### **4.1.4 Envolvimento na fase de definição do âmbito**

Foi elaborado um Relatório de Avaliação (SR), cuja cópia foi enviada à DNPAIA em Setembro de 2019, para informação, e às Administrações Provinciais da Huila e do Cunene, para consulta.

Foi elaborado um panfleto de uma página para a fase de definição do âmbito, contendo informações sobre o projecto num formato não técnico, bem como um formulário de participação. Foi solicitado às administrações provinciais que enviassem panfletos e formulários de participação às administrações municipais envolvidas<sup>9</sup>. Para cada município envolvido, foram disponibilizadas 50 cópias do panfleto e do formulário de participação, para permitir a divulgação pública do projecto.

Não foram recebidos comentários ou participações de qualquer tipo em relação ao envolvimento das partes interessadas nesta fase de definição do âmbito.

#### **4.1.5 Envolvimento na apresentação da AIA**

Após a compilação e apresentação do Relatório de ESIA à DNPAIA em 2020, teve início um período formal de comentários, de acordo com a legislação angolana. De acordo com a legislação ambiental angolana, o programa de consulta pública deve ser organizado pelo Ministério do Ambiente, conforme previsto no artigo 10.º do Decreto de AIA, e deve envolver a equipa de consultoria de concepção do projecto e a equipa ambiental e social. No entanto, devido às restrições impostas pela pandemia da COVID-19, esta fase do projecto foi severamente limitada. A SLR não tem conhecimento de qualquer consulta formal liderada pela DNPAIA, de acordo com o processo legal acima descrito, nesta fase do projecto. A DNPAIA emitiu a sua Licença Ambiental de Instalação em 17 de Maio de 2021.

#### **4.1.6 Divulgação da ESIA**

Para divulgar o projecto e o resultado do processo de AIAE, foram concluídas as seguintes tarefas<sup>10</sup>:

- Todo o pacote completo de documentação da ESIA (em português), um panfleto de uma página (impresso em ambos os lados) e um formulário de comentários foram disponibilizados para divulgação nas Administrações Provinciais da Huíla e do Cunene e em todas as administrações municipais
  - Governo Provincial: Huíla (13 de Agosto de 2021) e Cunene (10 de Agosto de 2021)
  - Administrações municipais: Lubango (13 de Agosto de 2021), Chibia (16 de Agosto de 2021), Gambos (17 de Agosto de 2021), Cahama (10 de Agosto de 2021), Curoca (11 de Agosto de 2021) e Ombadja (12 de Agosto de 2021)
  - Administração do Parque Nacional de Bicuar, 16 de Agosto de 2021
- Um resumo não técnico (NTS) da ESIA, um panfleto de uma página (impresso em ambos os lados) e um formulário para comentários foram distribuídos a todas as administrações comunais envolvidas.
  - Lubango (Lubango) 13 de Agosto de 2021, Hoque (Lubango) 17 de Agosto de 2021, Capunda Cavilongo (Chibia) 16 de Agosto de 2021, Quihita (Chibia) 16 de Agosto de 2021, Chimbemba (Gambos) 17 de Agosto de 2021, Cahama (Cahama) 10 de Agosto de 2021, Otchinjau (Cahama) 10 de Agosto de 2021, Chitado (Curoca) 11 de Agosto de 2021, Humbe (Ombadja) 12 de Agosto de 2021 e Naulila (Ombadja) 12 de Agosto de 2021
- Uma carta com informações sobre o projecto e um link para a documentação online do EIA e um convite para enviar comentários foi enviada/apresentada a várias ONG entre 12 e 20 de Agosto de 2021:

---

<sup>9</sup> Embora se reconheça que estes documentos exigem um nível de literacia que não está presente na área de estudo para a maioria da população, conforme confirmado durante as entrevistas de campo, ficou clara a importância dos líderes/formadores de opinião da comunidade local (tais como funcionários públicos/funcionários administrativos, líderes tradicionais (Sobas e Seculos), professores, padres/pastores, enfermeiros, médicos, agricultores de grandes explorações agrícolas, etc.), para transmitir e tornar as informações sobre o projeto e a ESIA mais acessíveis para a maioria da população, ficou clara.

<sup>10</sup> A pandemia da COVID-19 impediu a realização de reuniões locais ou consultas presenciais. Foi acordada uma abordagem revista com a RNT, a SAPP e a DBSA para divulgar a documentação da ESIA e os resultados do processo da ESIA, o que evitaria o contacto pessoal e os riscos impostos pela COVID-19. O plano permitiu a divulgação completa das informações do projeto, com o objetivo de alcançar o maior número possível de partes interessadas.

- Organizações Não Governamentais (ONG) ambientais (12 de Agosto de 2021, por e-mail): ADRAA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, Rede Ambiental Maiombe e JEA - Juventude Ecológica Angolana
- ONG para o desenvolvimento social (12 de Agosto de 2021, por e-mail): HALO Trust (desminagem), Development Workshop (DW), Catholic Relief Services (CRS) Angola, OCADEC - Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário e ASPALSIDA - Associação dos Seropositivos e Activistas de Luta Contra a Sida
- ONG civis (semana de 16 a 20 de Agosto de 2021, por entrega em mão): Associação Mãos Livres, Associação Justiça, Paz e Democracia, Centro MOSAIKO, Cruz Vermelha de Angola e Human Rights Angola
- ONG femininas (semana de 16 a 20 de Agosto de 2021, por entrega em mão): Promaica, AMEH - Associação das Mulheres Empreendedoras de pequenos Negócios, IMAS – ENA - Instituto da Mulher para a Acção Social
- Foi enviada/apresentada uma carta com informações sobre o projecto e um link para a documentação online da AIA, bem como um convite para apresentar comentários, às seguintes entidades:
  - Entidades estatais (semana de 16 a 20 de Agosto de 2021, por entrega em mão): Autoridade Nacional de Aviação Civil e Força Aérea (Aeroportos e Aviação Militar)
- Foram afixados cartazes nos seguintes locais: Sede da RNT no Lubango, Sede da RNT em Ondjiva e Administração Municipal de Cahama.
- Foram publicados anúncios nos jornais Jornal de Angola e Novo Jornal (ambos jornais nacionais) nos dias 18, 20, 22 e 24 de Agosto de 2021, para informar o público sobre o projecto e a disponibilidade de informações sobre o mesmo.
- Foram colocados painéis informativos em locais visíveis, nas zonas urbanas populosas do corredor de alinhamento proposto. Os cartazes fornecem as mesmas informações que constam no jornal e incluem um mapa do projecto.
- Foram colocados anúncios na Rádio Nacional (única estação de rádio com presença garantida nas províncias da Huila e do Cunene), na Luanda Antena Comercial e na Rádio Eclésia, de 18 a 25 de Agosto de 2021, duas vezes por dia.
- Um conjunto completo da documentação da ESIA foi publicado online. Os links online foram adicionados ao NTS, panfletos e formulários de participação, bem como aos anúncios nos jornais e cartazes. O site ainda está ativo: Português – [www.zutari.com/anna-pt](http://www.zutari.com/anna-pt) / Inglês – [www.zutari.com/anna-en](http://www.zutari.com/anna-en)

Foi concedido às partes interessadas um período de 45 dias para enviar comentários por escrito ao escritório angolano da Aurecon/Zutari. O período para comentários teve início a 19 de Agosto e terminou a 5 de outubro de 2021. Apenas foi recebida uma submissão dentro do prazo estipulado, que foi enviada através do site. A submissão incluía várias questões técnicas relacionadas com a instalação e operação das linhas de transporte, impactos potenciais e o papel da RNT na gestão do projecto.

## 4.2 Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projecto (2024)

Em 2024, foi tomada a decisão de reiniciar o envolvimento das partes interessadas para lhes fornecer uma actualização do estado do projecto e obter mais informações sobre o impacto potencial do projecto nas comunidades vulneráveis e marginalizadas.

Os objectivos específicos do plano de execução actualizado do envolvimento das partes interessadas eram:

- Identificar a presença de grupos vulneráveis e, em particular, de IP/SSAHUTLC na área de influência directa e indirecta do projecto.
- Envolver os grupos vulneráveis, incluindo os IP/SSAHUTLC, no projecto proposto.
- Obter informações sobre as rotas de transumância e a utilização dos recursos naturais pelas comunidades na área de influência directa e indirecta.
- Actualizar o PEPI existente através da integração de contributos do processo de envolvimento das partes interessadas reiniciado.
- Desenvolver um plano de consulta e integrá-lo ao PEPI revisto, detalhando como o envolvimento das partes interessadas será realizado ao longo das diferentes fases do projecto (por exemplo, projecto, construção e comissionamento).

#### 4.2.1 Identificação das partes interessadas

Foi realizada uma revisão detalhada dos relatórios ESIA, QPR, PEPIs e IPPs existentes, bem como de novos dados, documentos ou literatura publicados disponíveis ao público, para identificar as comunidades dentro da área de influência do projecto. Foi feita uma revisão de imagens aéreas e mapas para cruzar os resultados da revisão das informações documentais com a revisão dos dados, documentos e literatura existentes.

As partes interessadas foram identificadas e analisadas. Além disso, foram identificadas e contactadas ONG (por exemplo, OCADEC) que podem fornecer informações sobre VG, IPP e outras partes interessadas na região. Também foi solicitado às ONG que fornecessem informações relevantes sobre direitos humanos, questões indígenas, questões de género, alterações climáticas, agricultura tradicional/produção pecuária (transumância).

#### 4.2.2 Estratégia de envolvimento

Foi desenvolvida uma estratégia de envolvimento das partes interessadas para fornecer uma actualização do projecto às partes interessadas. Uma descrição detalhada da estratégia é fornecida no Anexo 5, com os pontos-chave incluindo:

- Logística detalhada (incluindo informações como a comunidade a ser visitada, pessoas de contacto, data/hora/local das reuniões, compilação de todos os materiais das partes interessadas)
- Compilação de materiais de envolvimento, incluindo o seguinte:
  - Resumo não técnico em português
  - Folhas de comentários
  - Registos das reuniões
  - Panfletos
  - Cartazes
- Questionário para inquéritos
- Tradução do questionário
- Formação da equipa sobre o questionário
- Impressão de todos os materiais para reuniões com as partes interessadas.

Foi tomado o máximo cuidado na preparação de materiais que fossem acessíveis a membros analfabetos ou parcialmente alfabetizados das comunidades, através do uso de imagens e gráficos.

A equipa de envolvimento também contactou a OCADEC para garantir que a estratégia fosse suficiente para incluir todas as partes interessadas afectadas.

### 4.2.3 Notificação das partes interessadas

As partes interessadas foram notificadas das reuniões de envolvimento através de uma carta oficial da RNT, enviada antecipadamente ao Governador Provincial, para que as informações sobre as próximas reuniões pudessem ser transmitidas a nível municipal e comunitário.

### 4.2.4 Divulgação do projecto

#### 4.2.4.1 Reuniões com as partes afectadas

Foram realizadas reuniões de divulgação do projecto com várias entidades, bem como apresentações públicas, conforme mostrado em Tabela 4.1.

**Tabela 4.1 : Reuniões realizadas**

Entidade/Local	Data
<b>Governos provinciais</b>	
Huíla	22 de Maio de 2024
Cunene	14 de Maio de 2024
<b>Administrações municipais</b>	
Lubango/Arimba	22 de Maio de 2024
Chibia	20 de Maio de 2024
Gambos	21 de Maio de 2024
Cahama	16 de Maio de 2024
Curoca	15 de Maio de 2024
Ombadja	16 de Maio de 2024
<b>Administrações comunais</b>	
Lubango (Lubango)	22 de Maio de 2024
Hoque (Lubango)	20 de Maio de 2024
Capunda Cavilongo (Chibia)	20 de Maio de 2024
Quihita (Chibia)	21 de Maio de 2024
Chimbemba (Gambos)	21 de Maio de 2024
Cahama (Cahama)	16 de Maio de 2024
Otchinjau (Cahama)	16 de Maio de 2024
Chitado (Curoca)	15 de Maio de 2024
Humbe (Ombadja)	13 de Maio de 2024
Naulila (Ombadja)	13 de Maio de 2024
<b>Povos indígenas/comunidades locais tradicionais historicamente carentes da África Subsaariana</b>	
Capunda Cavilongo (comunidade San)	23 de Maio de 2024

Os IP/SSAHUTLC estiveram representados nas reuniões realizadas em Chitado, Otchinjau, Chimbemba e Oncócu/Curoca. Um resumo das questões levantadas, incluindo as levantadas pelos IP/SSAHUTLC, durante as reuniões de divulgação do projecto é fornecido na Secção 4.2.4.3, enquanto as questões levantadas pelas partes interessadas ao longo do processo de envolvimento até à data são apresentadas no Anexo 1. Para permitir que as informações fossem divulgadas no idioma local apropriado para o grupo étnico, um tradutor, normalmente o Soba, esteve presente em todas as reuniões públicas.

Para acomodar a comunidade San, a OCADEC (uma ONG local que trabalha com os San) foi nomeada para auxiliar a equipa de envolvimento. A OCADEC forneceu tradutores em duas ocasiões distintas, uma em Chitado, pois havia a probabilidade de representantes dos San estarem presentes (como se verificou, não estiveram), e a segunda, quando o envolvimento se dirigiu especificamente a uma comunidade San na área do projecto, em 23 de Maio, conforme detalhado em Tabela 4.1.

Durante a reunião, foram levantadas as seguintes questões:

- A falta de rendimentos reduz a sua segurança alimentar e a capacidade de se protegerem suficientemente contra o frio durante os meses de inverno
- As crianças não têm acesso à educação devido à falta de dinheiro
- Os homens muitas vezes têm de trabalhar longe de casa para ganhar um rendimento.

#### 4.2.4.2 Divulgação de informações

Em cada local de reunião, foi entregue aos representantes locais um folheto com informações sobre o projecto, escrito em português, para ser disponibilizado às comunidades.

Foi enviado um e-mail às entidades incluídas na base de dados das partes interessadas.

Além disso, o site anterior em português ([www.zutari.com/anna-pt/](http://www.zutari.com/anna-pt/)) foi actualizado e um resumo executivo do desenvolvimento atual do projecto foi disponibilizado juntamente com o conjunto completo da documentação da ESIA. O site tem um formulário de participação disponível para receber comentários, e todas as informações do projecto (cartazes, resumo executivo, folhetos e e-mails) têm o link online. Os detalhes da documentação distribuída por entidade são fornecidos no Anexo 4.

As partes interessadas tiveram um prazo de 50 dias para enviar comentários por escrito ao escritório da Zutari em Angola. O período para comentários teve início em 13 de Maio de 2024 e termina em 1 de julho de 2024. Embora se reconheça que esta revisão do PEPI será finalizada até à data de término do período para comentários, considerou-se importante conceder tempo suficiente para que os comentários das partes interessadas e as informações que possam chegar após a apresentação deste relatório sejam considerados e incluídos na próxima revisão do PEPI.

#### 4.2.4.3 Feedback da consulta às partes interessadas

As principais questões resultantes das actividades de envolvimento das partes interessadas realizadas em 2024 são detalhadas abaixo, com as respostas fornecidas às partes interessadas e as medidas tomadas pela equipa do projecto detalhadas no Anexo 1. Estas, juntamente com as questões identificadas durante a preparação do projecto entre 2019 e 2021 (Secção 4.1), fornecem informações e orientações para as próximas fases do projecto.

- ▶ Devido à história recente de Angola, um grande número de mulheres são chefes de família e enfrentam dificuldades adicionais para garantir o sustento das suas famílias.
- ▶ A população das zonas rurais depende de pessoas como funcionários da administração local, assistentes sociais, padres, enfermeiros ou funcionários de ONG locais para obter mais informações sobre o projecto e esclarecer dúvidas/questões.
- ▶ Os povoados são bastante dispersos e, em alguns casos, remotos, e quando é realizada uma reunião, as pessoas, e mais especificamente as mulheres, podem não ser incluídas na notificação e/ou não ter condições de se deslocar para participar.
- ▶ A visita ao local para identificar recursos sensíveis a evitar ou compensar, a ser realizada por especialistas sociais, patrimoniais e ecológicos, deve incluir representantes das comunidades e administrações locais, para que possam aconselhar sobre a sua localização e fornecer informações sobre a sua importância e preservação.
- ▶ O projecto pode exacerbar a violência baseada no género e a exploração e abuso sexuais/assédio sexual (SEA/SH) e levar a gravidezes indesejadas

- ▶ Ao nível da administração provincial e municipal, alguns dos técnicos solicitaram mais informações para incluir o corredor nos seus futuros instrumentos de planeamento regional e municipal. Alguns até mostraram interesse em receber as informações em formato digital (shp e/ou dwg) e afirmaram que as solicitariam por e-mail.
- ▶ Como parte da mitigação e compensação do impacto, foi sugerido que se plantassem árvores para compensar as que foram destruídas durante a construção do projecto.
- ▶ As comunidades estão preocupadas com questões como corrupção, proteção ambiental, respeito cultural e oportunidades de emprego justas. As comunidades solicitam que sejam implementadas medidas para garantir a supervisão (fiscalização), monitorização e avaliação por uma entidade independente, a fim de prevenir a corrupção governamental, a má conduta dos empreiteiros e garantir que as preocupações sejam geridas.
- ▶ As comunidades estão preocupadas com o aumento do volume de tráfego e, especificamente, com os acidentes de trânsito que colocam em risco a vida das pessoas e do gado.
- ▶ A área onde o projecto está a ser proposto tem uma conectividade de telemóvel muito fraca. A falta de rede de comunicação (telefone) foi levantada como uma questão recorrente pelas comunidades.
- ▶ As escolas rurais estão mal conservadas e em estado muito degradado. A maioria das escolas precisa de ser reabilitada. Os membros da comunidade questionaram se é possível fornecer painéis solares aos edifícios comunitários e escolas que precisam de cuidados ou não têm electricidade.
- ▶ O projecto precisa de respeitar o modo de vida nómada de povos como os Munchimba e os Mútua, pois o gado é essencial para a sua sobrevivência e eles não recorrem à agricultura.
- ▶ Os membros da comunidade solicitaram ser informados sobre o estado do projecto e atualizações sobre o que está a acontecer com o projecto, para que saibam o que esperar e quando.
- ▶ Propostas de projectos anteriores na área de Gambos prometeram medidas de melhoria social e valorização para benefício da comunidade, tais como contribuições para escolas e instalações de saúde, tanques de armazenamento de água, etc.), mas estas foram promessas vazias e nada aconteceu. As comunidades solicitam que, se as promessas forem feitas, elas tenham de ser cumpridas/implementadas durante a fase de construção do projecto.
- ▶ As indústrias extrativas existentes localizadas na área de influência do projecto solicitaram ser incluídas no planeamento da distribuição de electricidade.

### 4.3 Resumo das necessidades das partes interessadas no projecto e métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessadas

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas abaixo descreve o processo de envolvimento, os métodos, incluindo a sequência, os tópicos das consultas e as partes interessadas visadas. As partes interessadas identificadas, o tópico da consulta/mensagem e o método de envolvimento foram informados por rondas anteriores de envolvimento. A linguagem, as considerações especiais em termos de como a informação é fornecida às partes interessadas vulneráveis e analfabetas e as considerações logísticas são fornecidas na Secção 4.4 .

O Banco Mundial e o Mutuário não toleram represálias e retaliações contra as partes interessadas do projecto que partilham as suas opiniões sobre os projectos financiados pelo Banco.

Tabela -42 : Tabela resumida do PEPI

Fase do projecto	Partes interessadas visadas	Tópico da consulta/mensagem	Método utilizado	Responsabilidades	Frequência/ Cronograma
Fase de preparação					
<b>Planeamento e implementação do Plano de Ação de Reassentamento (RAP)</b>	Comunidades potencialmente afectadas IP/SSAHUTLC DVIG	<p>Triagem do RAP</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar todas as pessoas afectadas pelo projecto e todos os impactos adversos nos seus meios de subsistência associados à aquisição de terras para o projecto.</li> <li>Identificar IP/SSAHUTLC e outros DVIG</li> <li>Identificar questões-chave para os meios de subsistência dos IP/SSAHUTLC, incluindo corredores de transumância.</li> <li>Partilhar informações sobre o processo, cronograma, etc.</li> </ul> <p>Apresentação e explicação do GM</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões de grupos focais,</li> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Entrevistas com informantes-chave</li> </ul>	Consultor RAP nomeado pela RNT Oficial(is) de Ligação Comunitária (CLO) da RNT	Antes de realizar a triagem RAP
	Comunidades potencialmente afectadas Famílias que necessitam de reassentamento Comunidades de acolhimento (se aplicável) IP/SSAHUTLC DVIG	<p>Planeamento RAP</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Partilhar informações sobre o processo, o calendário, etc.</li> <li>Informar sobre o progresso</li> </ul> <p>Consulta relacionada ao RAP</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Consultar as populações afectadas sobre a mitigação dos efeitos, bem como sobre as oportunidades de desenvolvimento.</li> <li>Consultar IP/SSAHUTLC e outros DVIG sobre os seus modos de vida e questões-chave relacionadas com os seus meios de subsistência, incluindo potenciais interferências com corredores de transumância</li> </ul> <p>Reiteração do processo GM</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões de grupos focais,</li> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Entrevistas com informantes-chave</li> <li>Inquéritos socioeconómicos</li> </ul>	RNT nomeou consultor RAP RNT CLO	Antes de iniciar o trabalho de campo relacionado com o RAP  Ao longo do trabalho de campo do RAP
	Famílias que necessitam de reassentamento Comunidades de acolhimento (se aplicável) IP/SSAHUTLC DVIG	<p>Divulgação do RAP</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Receber feedback sobre o RAP</li> <li>Partilhar informações sobre o processo, cronograma, etc.</li> <li>Discutir com IP/SSAHUTLC a mitigação proposta para questões relacionadas com os seus meios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões de grupos focais,</li> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Entrevistas com informantes-chave</li> </ul>	Consultor nomeado pela RNT CLO da RNT	Antes da finalização do RAP  Após a finalização do RAP

Fase do projecto	Partes interessadas visadas	Tópico da consulta/mensagem	Método utilizado	Responsabilidades	Frequência/ Cronograma
		de subsistência, incluindo a potencial interferência com corredores de transumância Reiteração do processo GM			
	Comunidades potencialmente afectadas Famílias que necessitam de reassentamento Comunidades de acolhimento (se aplicável) IP/SSAHUTLC DVIG	Implementação do RAP <ul style="list-style-type: none"> <li>Partilhar informações sobre o processo, calendário, etc.</li> <li>Consulta relacionada ao RAP</li> </ul> Reiteração do processo GM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões de grupos focais,</li> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Entrevistas com informantes-chave</li> </ul>	Consultor nomeado pela RNT RNT CLO	Duas vezes por mês durante a implementação do RAP
<b>Pré-construção / Trabalhos iniciais</b>	Autoridades governamentais nacionais, provinciais e locais	Apresentar o projecto e receber feedback sobre as actividades do projecto. Informar sobre o progresso, Consultar sobre os principais riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões presenciais</li> <li>Comunicação formal (cartas e e-mail)</li> </ul>	RNT	Antes do início da nova fase do projecto
	ONG internacionais, nacionais, provinciais e locais	Apresentar o projecto e receber feedback sobre as actividades do projecto. Informar sobre o progresso, Consultar sobre os principais riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação formal (cartas e e-mail)</li> </ul>	RNT	Antes do início da nova fase do projecto
	Comunidades potencialmente afectadas IP/SSAHUTLC DVIG	Consulta pré-construção com as comunidades potencialmente afectadas <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentar o projecto e receber feedback sobre as actividades do projecto.</li> <li>Informar sobre o progresso.</li> <li>Divulgação do PEPI e do Plano IP/SSAHUTLC</li> <li>Explicação do sistema de ligação com a comunidade</li> <li>Consultar sobre os principais riscos e preocupações</li> <li>Informação sobre potenciais oportunidades de emprego e o processo de recrutamento</li> </ul> Apresentação do GM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Folhetos informativos</li> <li>Cartazes</li> <li>Discussões em grupos focais (IP/SSAHUTLC e outros DVIIG)</li> </ul>	RNT nomeada empreiteira EPC RNT CLO	Antes do início das actividades relacionadas com o projecto
	Comunidades potencialmente afectadas IP/SSAHUTLC	Reuniões formais trimestrais com as partes afectadas <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentar o projecto e receber feedback sobre as actividades do projecto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões comunitárias</li> </ul>	RNT nomeou empreiteiro EPC RNT CLO	Uma vez a cada quatro meses durante a pré-

Fase do projecto	Partes interessadas visadas	Tópico da consulta/mensagem	Método utilizado	Responsabilidades	Frequência/ Cronograma
	DVIG	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre o progresso.</li> <li>Consultar sobre as preocupações levantadas</li> </ul> Reiteração do GM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Discussões em grupos focais (IP/SSAHUTLC e outros DVIIG)</li> </ul>		construção/fases iniciais da obra
	Comunidades potencialmente afectadas IP/SSAHUTLC DVIG	Reuniões informais regulares com as partes afectadas <ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre o progresso.</li> <li>Consultar sobre as preocupações levantadas</li> <li>Fornecer feedback sobre as preocupações/queixas levantadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Discussões em grupos focais (IP/SSAHUTLC e outros DVIIG)</li> </ul>	RNT nomeou empreiteiro EPC RNT CLO	Uma vez a cada duas semanas durante a pré-construção/trabalhos iniciais
	Comunidades potencialmente afectadas IP/SSAHUTLC DVIG	Campanhas de sensibilização sobre o tráfego e outros riscos relacionados com o projecto <ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre os riscos associados aos veículos, equipamentos e locais de construção relacionados com o projecto</li> <li>Fornecer medidas para reduzir os riscos para as comunidades potencialmente afectadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Discussões em grupos focais (IP/SSAHUTLC e outros DVIIG)</li> </ul>	A RNT nomeou o empreiteiro EPC RNT CLO	No mínimo uma semana antes do início da pré-construção/trabalhos iniciais numa área
<b>Fase de implementação</b>					
<b>Construção</b>	Autoridades governamentais nacionais, provinciais e locais	Informar sobre o progresso Consultar sobre os principais riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação formal (cartas e e-mail)</li> </ul>	RNT	Trimestralmente durante a construção
	ONG internacionais, nacionais, provinciais e locais	Informar sobre o progresso, Consultar sobre os principais riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação formal (cartas e e-mail)</li> </ul>	RNT	Trimestralmente durante a construção
	Comunidades potencialmente afectadas IP/SSAHUTLC DVIG	Reuniões formais trimestrais com as partes afectadas <ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre o progresso.</li> <li>Consultar sobre os principais riscos e preocupações levantados</li> </ul> Reiteração do GM	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Discussões em grupos focais (IP/SSAHUTLC e outros DVIIG)</li> </ul>	RNT nomeou empreiteiro EPC RNT CLO	Trimestralmente durante a construção
	Comunidades potencialmente afectadas IP/SSAHUTLC DVIG	Reuniões informais regulares com as partes afectadas <ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre o progresso.</li> <li>Consultar sobre as preocupações levantadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Discussões em grupos focais</li> </ul>	RNT nomeou empreiteiro EPC RNT CLO	Uma vez a cada duas semanas durante toda a construção

Fase do projecto	Partes interessadas visadas	Tópico da consulta/mensagem	Método utilizado	Responsabilidades	Frequência/ Cronograma
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Fornecer feedback sobre as preocupações/queixas levantadas</li> </ul>	(IP/SSAHUTLC e outros DVIIG)		
<b>Operação</b>	Comunidades potencialmente afectadas IP/SSAHUTLC DVIG	Reuniões formais regulares com as comunidades locais <ul style="list-style-type: none"> <li>Consultar sobre as preocupações levantadas</li> <li>Fornecer feedback sobre as preocupações/queixas levantadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões comunitárias</li> <li>Discussões em grupos focais (IP/SSAHUTLC e outros DVIIG)</li> </ul>	RNT	Uma vez a cada seis meses durante os primeiros três anos de operação

## 4.4 Estratégia proposta para incorporar as opiniões dos grupos vulneráveis

O projecto irá procurar obter as opiniões dos povos indígenas/comunidades locais tradicionais historicamente carenciadas da África Subsaariana (IP/SSAHUTLC), mulheres e raparigas, famílias chefiadas por mulheres, famílias chefiadas por órfãos, idosos, pessoas com deficiência e jovens desempregados, considerados indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis (DVIG).

Serão tomadas as seguintes medidas para eliminar os obstáculos à participação plena e facilitadora/acesso à informação:

- **Identificação de DVIG:** Durante a concepção final do projecto, os inquéritos sociais detalhados que fazem parte do RAP identificarão o número e a localização dos DVIG que serão afetados pelo projecto. Líderes tradicionais, como sobas e outros líderes/anciãos específicos dentro dos grupos IP/SSAHUTLC, também serão envolvidos, juntamente com ONGs, para identificar quaisquer organizações ou grupos específicos que operam na área de influência do projecto e que possam ajudar na identificação de DVIG. Essas informações servirão para criar uma lista preliminar dos DVIG afetados, juntamente com o método de comunicação preferido. Os detalhes dos DVIG devem ser incluídos à medida que este PEPI for actualizado e devem ser incluídos na base de dados do projecto. Esta lista será actualizada como um documento vivo ao longo da implementação do projecto.
- **Divulgação de documentos:** As informações a serem comunicadas serão claras, significativas, transparentes e compreensíveis para garantir o acesso a essas informações. Todas as informações relacionadas ao projecto serão simplificadas e traduzidas para o idioma local. Reconhecendo que alguns dos DVIGs podem ser analfabetos, serão utilizados meios alternativos para ilustrar as informações, como cartazes com imagens e diagramas. Reuniões comunitárias e discussões em grupos focais (particularmente com DVIGs) também serão utilizadas para a divulgação de informações. Estas plataformas também permitirão que as contribuições dos DVIGs sejam documentadas, consideradas pela equipa do projecto e respondidas. As partes interessadas serão informadas sobre as diferentes opções para o envio de contribuições, incluindo comentários escritos, comentários verbais, a opção de enviar comentários anonimamente e opções para DVIGs específicos, como mulheres ou IP/SSAHUTLC, para contribuir de maneiras que sejam apropriadas e não os coloquem em uma posição vulnerável. A divulgação dos documentos ocorrerá pelo menos 20 dias antes das reuniões.
- **Notificação:** Para garantir que o projecto seja comunicado da forma mais ampla possível, as notificações das reuniões serão distribuídas e explicadas por comunicação directa com os representantes dos DVIG (presencialmente). Estas notificações convidarão os DVIG a envolverem-se no processo de participação e fornecerão informações sobre o seguinte: (i) data, hora e local das reuniões; (ii) objectivos das reuniões, indicando os tópicos a serem abordados e os oradores; (iii) onde podem obter mais informações sobre o projecto; (iv) como e quando podem enviar comentários; (v) oportunidades para qualquer parte interessada levantar questões de interesse no dia da reunião; e (vi) logística de viagem (se necessário) para evitar obstáculos à participação dos DVIG nas reuniões.

Além disso, serão utilizados outros meios de comunicação, conforme apropriado: (i) avisos no local colocados nas proximidades do projecto (em português e na língua local, se aplicável); (ii) avisos públicos afixados em áreas estratégicas (administração municipal e comunitária, mercados, etc.); e (iii) anúncios na rádio.

A notificação deve ocorrer pelo menos 20 dias antes das reuniões comunitárias.

- **Registo:** Todas as cópias, comentários gravados, datas e locais exatos das ações concluídas serão registados no relatório de envolvimento das partes interessadas.
- **Logística:** Devem ser tomadas medidas para ajudar na organização do transporte para o DVIG, bem como para outras partes interessadas, a fim de permitir a participação nas reuniões comunitárias com o mínimo de perturbação das actividades diárias e reduzir as preocupações de segurança ao deslocar-se a pé ou fora do horário diurno.

## 4.5 Estratégia proposta para incorporar as opiniões dos povos indígenas e das comunidades locais tradicionais historicamente desfavorecidas da África Subsaariana ( )

Os compromissos iniciais com os povos indígenas/comunidades locais tradicionais historicamente desfavorecidas da África Subsaariana (IP/SSAHUTLC) definiram o tom para os compromissos subsequentes ao longo do projecto. No entanto, podem surgir dificuldades se os representantes do projecto (ICMM, 2015):

- ▶ Entrarem numa área específica sem primeiro solicitar permissão para o fazer.
- ▶ Não se envolverem amplamente e não explicarem adequadamente o que estão a fazer e porquê.
- ▶ Não derem tempo suficiente para a comunidade considerar um pedido/proposta ou tomar uma decisão.
- ▶ Desconsiderarem ou ignorarem os costumes locais.

O proponente do projecto pode evitar muitos destes problemas se:

- ▶ Consultar a comunidade IP/SSAHUTLC desde o início sobre como ela deseja se envolver.
- ▶ Compreender e respeitar os protocolos locais de entrada no que se refere à permissão para entrar numa comunidade IP/SSAHUTLC e aceder a terras tradicionais.
- ▶ Se comprometer com uma comunicação e um envolvimento abertos e transparentes desde o início e tiver uma abordagem ponderada em vigor.
- ▶ Realizar uma análise inicial de riscos e avaliação de impacto antes de entrar na área e, em seguida, implementar controlos para mitigar os principais riscos.
- ▶ Garantir que todos os representantes do proponente (incluindo subcontratados terceirizados e agentes do proponente) estejam bem informados sobre os costumes, a história e o status legal locais e compreendam a necessidade de sensibilidade cultural e espiritual/religiosa.
- ▶ Monitoriza regularmente o desempenho do envolvimento.
- ▶ Na medida do possível, esforça-se por manter a consistência da abordagem e a longevidade do emprego dos representantes do proponente, para permitir que as relações sejam construídas e a confiança seja mantida.
- ▶ Recorre aos serviços de consultores conceituados com sólidos conhecimentos locais.
- ▶ Sempre que possível, conta com a presença de gestores seniores nas reuniões iniciais e reúne-se com os líderes tradicionais das comunidades IP/SSAHUTLC, pois isso demonstra respeito e cria as condições para a construção de relações e confiança a longo prazo.

As principais etapas para garantir que se obtenha um amplo apoio da comunidade e, se necessário, o FPIC, incluem:

- ▶ Desenvolver um entendimento comum sobre os IP/SSAHUTLC afetados em termos de sua cultura, espiritualidade, estruturas organizacionais e de tomada de decisão, reivindicações e direitos sobre terras, valores, preocupações e história, incluindo experiências anteriores com projectos de desenvolvimento semelhantes (embora se entenda, a partir dos compromissos iniciais, que as comunidades locais tenham pouca experiência com projectos semelhantes).
- ▶ Desenvolver colaborativamente meios eficazes para garantir que os PI/SSAHUTLC sejam informados e compreendam toda a gama (a curto, médio e longo prazo) de potenciais impactos ambientais, sociais e de saúde que podem resultar da implementação do projecto. Isto deve incluir o desenvolvimento de um «dicionário» com os PI/SSAHUTLC, para garantir que o significado das palavras que não aparecem na língua indígena/local seja comunicado de forma clara. É importante notar que a taxa de alfabetização entre a população rural angolana é próxima de 50% e, entre os adultos e jovens San, é ainda mais baixa, uma vez que poucas crianças San frequentam a escola (IWGIA, 2009).
- ▶ Acordar prazos aceitáveis para tomar decisões ao longo da vida útil do projecto, levando em consideração a logística, os costumes locais, os requisitos comerciais e o tempo necessário para

construir relações de confiança. Os prazos devem considerar os próprios processos e estruturas de tomada de decisão dos IP/SSAHUTLC. Garantir que fique claro como o calendário de envolvimento se relaciona com o momento em que as decisões do projecto são tomadas.

- ▶ Chegar a acordo sobre os termos e condições para a prestação de qualquer apoio comunitário contínuo com os IP/SSAHUTLC, bem como quaisquer obrigações recíprocas associadas.
- ▶ Registrar o processo e as decisões tomadas quando o IP/SSAHUTLC estiver envolvido, incluindo os resultados de qualquer monitorização ou revisão, para fornecer um registo para as gerações atuais ou futuras que possam ser afectadas pelas decisões e para garantir a transparência no processo de tomada de decisões.
- ▶ Apoiar a capacidade dos IP/SSAHUTLC de se envolverem na tomada de decisões, por exemplo, fornecendo acesso a aconselhamento especializado independente, quando apropriado, capacitação, facilitação e mediação, ou envolvendo observadores externos.

O FPIC aplica-se à concepção do projecto, aos acordos de implementação e aos resultados esperados relacionados com os riscos e impactos sobre os IP/SSAHUTLC afetados. Os IP/SSAHUTLC serão consultados de boa-fé com base em informações suficientes e oportunas sobre os benefícios e desvantagens do projecto e sobre como as actividades previstas irão ocorrer. O consentimento refere-se ao apoio coletivo dos PI/SSAHUTLC afetados às actividades do projecto que os afetam, alcançado através de um processo culturalmente adequado. Pode existir mesmo que alguns indivíduos ou grupos se oponham a tais actividades do projecto. O FPIC não requer unanimidade e pode ser alcançado mesmo quando indivíduos ou grupos dentro ou entre os PI/SSAHUTLC afetados discordam explicitamente. Em termos de documentação do FPIC, quando aplicável, a RNT garantirá que o seguinte seja documentado:

- ▶ O processo mutuamente aceite para realizar negociações de boa-fé que foi acordado pela RNT e pelos PI/SSAHUTLC; e
- ▶ O resultado das negociações de boa-fé entre a RNT e os IP/SSAHUTLC, incluindo todos os acordos alcançados, bem como as opiniões divergentes.

Se aplicável, deve ser preparado um resumo do processo FPIC e de como os seus requisitos foram cumpridos, para apoiar a tomada de decisões do projecto. O processo de consulta documentará as atas da assembleia geral da comunidade com listas de presença e listas de membros IP/SSAHUTLC, provas fotográficas e atas de outras reuniões e/ou relatórios de retorno ao escritório.

Ao envolver o IP/SSAHUTLC, deve ser adotada uma abordagem de diálogo centrada nas pessoas, focada nas relações e não nas questões. Conforme observado anteriormente, o método preferencial de envolvimento é por meio de reuniões comunitárias (reuniões/conversas diretas). Os tópicos de envolvimento devem ser centrados em (Teck, 2017):

- ▶ Direitos e títulos dos IP/SSAHUTLC.
- ▶ Utilização tradicional da terra e dos recursos.
- ▶ Negociação clara e previsível de acordos e implementação resultante.
- ▶ Qualidade da água.
- ▶ Oportunidades de investimento comunitário.
- ▶ Proteção de locais históricos.
- ▶ Aprovações regulatórias.
- ▶ Conhecimento tradicional.

As principais questões a colocar nas fases iniciais do envolvimento com IP/SSAHUTLC incluem (ICMM, 2015):

- i. A comunidade tem diretrizes existentes para a realização de pesquisas?
- ii. Você negociou adequadamente o nível de participação da comunidade na concepção, coleta, análise e gestão do estudo/pesquisa de base?
- iii. Procurou apoio generalizado da IP/SSAHUTLC no início do processo de investigação e garantiu que eles deram o seu consentimento informado para participar nas actividades de investigação (por exemplo, entrevistas)?

- iv. Realizou uma análise documental das informações e literatura existentes para fornecer contexto e identificou quaisquer lacunas nas informações?
- v. Realizou inquéritos e entrevistas na língua local, com a plena participação de representantes da IP/SSAHUTLC (quando apropriado)?
- vi. Utilizou metodologias que facilitam a participação, tais como grupos focais, «mapeamento étnico» e avaliação participativa?

#### 4.5.1 Considerações de género

As mulheres são um grupo potencialmente vulnerável devido à sua posição na sociedade angolana e dependem da agricultura e da pecuária como suas principais actividades económicas e de subsistência. Além disso, as mulheres também são afectadas pela violência de género, que muitas vezes é exacerbada durante grandes projectos de construção.

Durante o envolvimento, deve ser feito um pedido especial para que as mulheres participem nas reuniões. A seguinte medida deve ser seguida para incentivar a participação das mulheres durante o envolvimento:

- ▶ Durante as reuniões comunitárias, realizar uma sessão de envolvimento separada com as mulheres.
- ▶ Realizar discussões em grupos focais com mulheres de cada comunidade e com quaisquer grupos ou organizações de mulheres.
- ▶ Oferecer às mulheres uma plataforma para enviar comentários anonimamente, seja por escrito ou através do envolvimento directo e individual com uma representante feminina do projecto.
- ▶ O envolvimento com as mulheres deve ser realizado por uma representante feminina.
- ▶ Envolver-se com o Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher.
- ▶ Envolver-se com grupos de mulheres ou de apoio, lideranças dedicadas a estas questões e ONG focadas nas mulheres que operam na área.
- ▶ Durante o envolvimento realizado para o RAP, realizar uma análise da dinâmica de género ao nível das famílias e das comunidades locais, a fim de identificar melhor os riscos existentes e, assim, implementar uma gestão que contribua para a sua mitigação.

## 5 Recursos e responsabilidades para implementar o envolvimento das partes interessadas

### 5.1 Disposições e recursos de implementação

A equipa RNT será responsável pelas actividades de envolvimento das partes interessadas. As entidades responsáveis pela realização das actividades de envolvimento das partes interessadas são o empreiteiro EPC, os subempreiteiros e os consultores. A responsabilidade geral pela implementação do PEPI recai sobre o diretor da Unidade de Implementação do Projecto (PIU).

Os acordos de implementação do envolvimento das partes interessadas no projecto são os seguintes:

- A responsabilidade pela implementação do PEPI e pela gestão e resolução de reclamações recai sobre a RNT. Isto também se aplica a situações em que estão envolvidos terceiros, nomeadamente o Empreiteiro EPC, subempreiteiros e consultores.
- É da responsabilidade da RNT estabelecer estruturas de reporte adequadas com o Empreiteiro EPC nomeado. A RNT deve nomear um Gestor Social que será responsável por garantir a implementação bem-sucedida do PEPI.
- O empreiteiro EPC informará o Gestor Social da RNT sobre quaisquer questões relacionadas com o seu envolvimento com as partes interessadas. O empreiteiro EPC irá:
  - Antes do início da construção, desenvolver um Código de Conduta dos Trabalhadores, procedimentos de Saúde e Segurança, formação de sensibilização para a violência baseada no género e formação IP/SSAHUTLC. Se necessário, o Empreiteiro EPC nomeará um terceiro para desenvolver material sobre violência baseada no género e IP/SSAHUTLC e realizar formação em seu nome.
  - Formar todos os funcionários sobre o Código de Conduta dos Trabalhadores, os procedimentos de Saúde e Segurança e a sensibilização para a GBV, bem como qualquer outra formação estipulada nos Planos de Gestão Ambiental e Social (E&S) aprovados.
  - Registrar, através dos métodos estipulados, e comunicar todas as queixas recebidas à RNT.
  - Divulgar o seu processo de recrutamento e cumprir quaisquer compromissos relativos ao recrutamento local.
  - Cumprir os compromissos assumidos em todos os planos de gestão E&S.
  - Divulgar todos os planos de gestão ambiental e social.
  - Garantir a notificação antecipada de todas as actividades de construção.

Durante a construção, o Empreiteiro EPC terá a responsabilidade principal na resolução de reclamações causadas pelas actividades de construção. Isso será monitorado pela RNT.

Os requisitos do ESIA e dos Planos de Gestão de E&S (incluindo este PEPI) serão integrados nos sistemas de gestão do Empreiteiro EPC e dos seus subempreiteiros para garantir que os compromissos sejam cumpridos por cada parte responsável.

Recomenda-se que os seguintes recursos humanos sejam dedicados à gestão ambiental e social dentro do Empreiteiro EPC:

- ▶ Um gestor ambiental e social, baseado permanentemente no local.
- ▶ Um supervisor ambiental e social, baseado permanentemente no local.
- ▶ Um especialista em GBV para cada local de trabalho, baseado permanentemente no local.
- ▶ Um especialista em IP/SSAHUTLC para cada local de trabalho, com base permanente no local.

- ▶ Uma pessoa responsável pelas relações com as partes interessadas externas (comunidades locais, autoridades administrativas), baseada no local de forma permanente.

Os responsáveis pela ligação com a comunidade (CLO) da RNT ajudarão a equipa do empreiteiro EPC a organizar reuniões públicas e a divulgar informações nas aldeias.

O empreiteiro EPC é responsável por todos os subempreiteiros nomeados para realizar o trabalho necessário e garantir que os subempreiteiros cumpram os sistemas de gestão aprovados. No entanto, recomenda-se que todos os subempreiteiros sejam obrigados a incluir:

- ▶ **CLOs.** Dada a extensão da linha de transporte, bem como os desafios de acessibilidade, devem ser nomeados CLOs separados para diferentes partes da linha de transporte, responsáveis por comunidades específicas nessa área.
- ▶ **Especialistas em GBV.** Dada a extensão da linha de transporte, bem como os desafios de acessibilidade, deve ser nomeado um especialista em GBV separado para diferentes partes da linha de transporte, responsável por comunidades específicas nessa área.
- ▶ **Especialistas em IP/SSAHUTLC.** Como existem diferentes grupos etnolinguísticos ao longo do corredor e dada a extensão da linha de transporte, bem como os desafios de acessibilidade, um especialista em IP/SSAHUTLC separado deve ser nomeado para diferentes partes da linha de transporte e ser responsável por comunidades específicas nessa área.

As actividades de envolvimento das partes interessadas serão registadas numa base de dados específica do projecto. Será elaborado um relatório após cada actividade formal de envolvimento das partes interessadas e disponibilizado às partes interessadas. O relatório documentará, no mínimo, o seguinte:

- ▶ Data e local de cada reunião, com cópia da notificação às partes interessadas;
- ▶ O objectivo do envolvimento;
- ▶ A forma de envolvimento e consulta (reuniões comunitárias, discussões em grupos focais, etc.)
- ▶ Número de participantes e categorias de participantes;
- ▶ Detalhes da documentação relevante divulgada aos participantes;
- ▶ Um resumo dos principais pontos e preocupações levantados pelas partes interessadas;
- ▶ Um resumo de como as preocupações das partes interessadas foram respondidas e levadas em consideração;
- ▶ Questões e actividades que requerem ações de acompanhamento e como as partes interessadas serão informadas dos resultados.

A estimativa orçamental para a preparação e implementação do PEPI é de **452 382,00 dólares americanos**. A discriminação orçamental pode ser consultada no Anexo 2.

## 6 Mecanismo de reclamação

Um Mecanismo de Reclamação (GM) é um sistema que permite não apenas reclamações, mas também consultas, sugestões, feedback positivo e preocupações das partes afectadas pelo projecto relacionadas ao desempenho ambiental e social de um projecto, para que sejam apresentadas e respondidas em tempo hábil. De acordo com os requisitos do Banco Mundial para Financiamento de Projetos de Investimento (IPF), o MG deve ser proporcional aos riscos e impactos potenciais do projecto, o que significa que deve ser aplicado a todos os aspetos do projecto. Além disso, será desenvolvido um MG específico, consistente com o ESS2 e a legislação laboral nacional, para reclamações dos trabalhadores do projecto, com disposições específicas para abordar e responder atempadamente a incidentes de exploração sexual abusiva e/ou assédio sexual (SEA/SH).

## 6.1 Descrição do Mecanismo de Reclamação (GM)

Para que o GM funcione eficazmente, o processo deve ser conhecido pelos potenciais queixosos e considerado legítimo por eles. Assim, o GM e as vias associadas para apresentar uma queixa serão amplamente divulgados na área do projecto e, especificamente, nas comunidades potencialmente afectadas e entre os trabalhadores do projecto. O GM será preparado com uma abordagem sensível à SEA/SH e um protocolo específico para lidar com incidentes de SEA/SH com base numa abordagem centrada nos sobreviventes, ligada aos serviços de apoio holístico disponíveis.

Durante a fase de construção, o empreiteiro colocará uma placa do projecto no local de trabalho e a manterá durante todo o período de construção. A placa deverá conter os números de telefone de emergência relevantes e o endereço de e-mail onde os funcionários específicos do projecto no local podem ser contactados, bem como as várias maneiras (detalhadas no processo do GM abaixo) pelas quais as reclamações podem ser apresentadas. Caixas de reclamações da comunidade também serão colocadas em locais estratégicos dentro de cada uma das comunidades potencialmente afectadas, bem como em cada local de construção e acampamento de construção. As caixas de reclamações estarão localizadas em uma área de fácil acesso, mas que permita aos reclamantes apresentar reclamações anonimamente, se desejarem. Como muitos grupos vulneráveis não sabem ler ou escrever, o mecanismo também será comunicado verbalmente em reuniões comunitárias e públicas durante o envolvimento da comunidade associado às actividades do projecto, para garantir que os processos, decisões e resultados sejam totalmente compreendidos. Durante a fase operacional, a RNT irá instalar um quadro de avisos do projecto em locais visíveis ao redor da servidão (normalmente em cruzamentos de estradas) ou em locais públicos em áreas de assentamento ao longo do percurso, fornecendo os detalhes de contacto (telefone e e-mail) a serem usados para apresentar reclamações.

Ao longo do tempo, será feita uma avaliação da eficácia do procedimento de reclamação. Não ter nenhuma reclamação é geralmente um mau sinal, pois é mais provável que isso signifique que a comunidade não acredita que apresentar uma reclamação levará a alguma ação ou que não tem conhecimento da existência desse procedimento.

O processo GM é o seguinte:

### 1. Apresentar uma reclamação

Qualquer parte afetada que tenha motivos razoáveis para acreditar que o projecto pode potencialmente resultar num risco para a saúde ou o ambiente, ou causar um impacto adverso, pode levantar uma preocupação ou apresentar uma reclamação verbalmente, pessoalmente ou através de um representante de confiança (presencialmente ou por telefone) ou por escrito (carta, formulário de reclamação ou e-mail), através de qualquer um dos seguintes canais:

#### Membros da comunidade

- ▶ Oficial de Ligação com a Comunidade (CLO) (durante a construção e operação do projecto);
- ▶ O especialista em violência baseada no género (durante a construção e operação do projecto);
- ▶ Escritório local do empreiteiro na área do projecto (durante a construção do projecto);
- ▶ Filiais do escritório local da RNT (durante a operação do projecto);
- ▶ Apresentação de uma reclamação numa caixa de reclamações da comunidade.

#### Trabalhadores do projecto

- ▶ O gestor ambiental e social (durante a construção do projecto)
- ▶ Supervisor Ambiental e Social (durante a construção do projecto)
- ▶ O especialista em violência baseada no género (durante a construção e operação do projecto);
- ▶ Escritório local do empreiteiro na área do projecto (durante a construção do projecto);
- ▶ Apresentação de uma reclamação na caixa de reclamações do local de construção ou do acampamento de construção (durante a construção do projecto)

As reclamações relacionadas com o projecto podem atualmente ser apresentadas diretamente à RNT através dos seguintes canais:

- ▶ Telefone: (+244) 222704400 / (+244) 22270440
- ▶ E-mail: geral@rnt.co.zo
- ▶ Endereço físico: Luanda, Subestação do Camama, Luanda, Angola

Estes detalhes serão actualizados à medida que o projecto avançar para a fase de pré-construção e construção e, novamente, durante a operação.

As preocupações ou reclamações devem ser genuínas, sem malícia e de boa-fé. Ao comunicar uma preocupação ou queixa, é importante que o queixoso forneça informações suficientes que permitam uma investigação aprofundada. Quando uma queixa verbal ou escrita é recebida, o CLO regista-a no formulário de queixas com o máximo de detalhes possível (data, hora, nome, detalhes de contacto, meio de contacto preferido, natureza da queixa ou reclamação) e encaminha-a para o coordenador de queixas. O coordenador de reclamações atribui um número de registo único à reclamação e regista-a na base de dados de reclamações. Os reclamantes, incluindo os trabalhadores do projecto, serão informados do seu direito de apresentar reclamações anonimamente, se assim o desejarem.

Um exemplo de um Formulário de Reclamação do Projecto é fornecido em Tabela 6.1. O formulário de reclamação, uma vez apresentado, deve ser registado e actualizado à medida que a reclamação avança. Todos os formulários de reclamação devem ser mantidos em arquivo para referência futura, se necessário. Os formulários de reclamação relacionados com incidentes de GBV/SEA/SH serão armazenados num local seguro com acesso exclusivo pelo GM ou pelo especialista em GBV designado.

**Tabela 6.1 : Formulário de reclamação do projecto**

<b>Nome e apelido</b> (não necessário se o queixoso optar por permanecer anónimo)	
<b>Data da denúncia</b>	
<b>Data do incidente/queixa</b>	
<b>Organização</b>	
<b>Endereço</b>	
<b>Número de telefone</b>	
<b>Endereço de e-mail</b>	
<b>Descrição do projecto</b>	
<b>Localização do projecto</b> (Província, cidade)	
<b>Natureza da reclamação/preocupação</b>	
<b>Outros comentários</b>	
<b>A preencher pelo responsável pelas reclamações</b>	
<b>Data de confirmação</b>	
<b>Pessoa responsável pela avaliação</b>	
<b>Partes institucionais responsáveis</b>	
<b>Resposta proposta</b>	
<b>Data do contacto com o reclamante</b>	

<b>Resposta acordada</b>	
<b>Encerrado (sim/não)</b>	
<b>Ações adicionais (se necessário)</b>	

**Nota:** Este é um formulário genérico de GM que será revisto pelo especialista em GM do projecto designado, antes do início das actividades do projecto, para incluir especificidades das áreas do projecto, disposições de gestão de GM, linguagem culturalmente adequada a ser utilizada e outros aspetos que possam facilitar um registo, avaliação, encaminhamento e relatório eficientes das reclamações recebidas.

## 2. Reconhecer

Uma vez registada uma reclamação, os reclamantes devem receber um reconhecimento atempado de que o seu caso está no sistema. O coordenador de reclamações prepara uma carta que reconhece a receção, e o CLO entrega a carta ao reclamante ou ao seu representante (presencialmente) e explica verbalmente os próximos passos e os seus prazos. Quando não for possível entregar uma carta, a confirmação deve ser feita de outra forma culturalmente adequada (por exemplo, por telefone ou, se necessário, pessoalmente ou através do líder comunitário). As caixas de reclamações comunitárias, localizadas em cada comunidade dentro da área de influência, devem ser verificadas quanto a preocupações ou reclamações a cada duas semanas durante as visitas dos CLO. A confirmação ocorrerá dentro de 24 a 48 horas após o recebimento da reclamação.

## 3. Avaliar e atribuir

O coordenador de reclamações realiza uma triagem preliminar da reclamação para determinar se: (i) se trata de uma reclamação (e não de uma preocupação ou questão); (ii) categorização do tipo de reclamação (se relacionada com GBV/SEA/SH, será seguido um protocolo específico); (iii) a reclamação está relacionada com as actividades do projecto ou se precisa ser encaminhada a outra parte; ou (iv) a reclamação envolve uma alegação de violação dos direitos humanos ou uma possível actividade criminosa. As queixas fora do âmbito do GM devem ser encaminhadas a um escritório/nível apropriado para serem tratadas por meio de diferentes processos.

O nível de gravidade pode ajudar a identificar rapidamente quais ações são necessárias para resolver a reclamação, proporcionalmente ao seu impacto potencial. As reclamações podem ser classificadas como «baixa», «moderada» ou «alta» e também serão classificadas de acordo com a natureza das queixas, por exemplo, desempenho do projecto, ambiental, SEA/SH, relacionada com reassentamento, etc.

A realização de uma avaliação rápida (dentro de 24 a 48 horas) pode ajudar a resolver de forma satisfatória questões menores, para que não se agravem. Também pode eliminar a necessidade de investigação e, se possível, encerrar a reclamação. Os incidentes de SEA/SH deverão ser comunicados à equipa do BM dentro de 24 horas e a investigação só será realizada após o consentimento informado da vítima do incidente.

Muitas reclamações podem ser tratadas rapidamente pelo coordenador GM, que designará a parte responsável para tomar as medidas corretivas adequadas para resolver satisfatoriamente a questão exposta. No entanto, se a avaliação indicar que uma reclamação é complicada ou que os factos são menos claros, será iniciada uma investigação no terreno para fornecer provas para análise, bem como para apoiar a resolução, e depois atribuí-la à parte com os conhecimentos técnicos necessários para conduzir a investigação ou que esteja associada à reclamação. Será também constituído um comité de resolução GM com representantes do projecto e partes interessadas institucionais de áreas potencialmente relacionadas com o incidente para avaliar situações mais complexas ou sensíveis, para ajudar na avaliação do caso e fornecer orientação adequada para a resolução da reclamação.

#### 4. Investigar

Dependendo da natureza da reclamação, a investigação pode precisar envolver especialistas, e medidas devem ser tomadas para construir confiança no processo de apuração dos fatos, conforme segue:

- ▶ A investigação será conduzida o mais rapidamente possível e os resultados/plano de ação serão comunicados ao reclamante no prazo de três semanas (15 dias úteis).
- ▶ Idealmente, os investigadores devem reunir-se pessoalmente com o reclamante. A equipa de investigação pode incentivar os reclamantes a terem o seu representante acompanhando-os.
- ▶ Quando necessário, devem ser utilizados intérpretes para evitar mal-entendidos.
- ▶ Documentar os factos: a equipa de investigação deve preparar um relatório sucinto sobre as conclusões da investigação. Todas as informações recolhidas devem ser mantidas e/ou registadas para garantir que a resposta da empresa do projecto seja totalmente documentada.
- ▶ Garantir a coordenação entre a equipa de investigação e o reclamante: ao longo do processo de investigação, os reclamantes devem ser mantidos informados sobre o andamento do processo. Se a empresa do projecto não puder fornecer uma resposta dentro do prazo acordado, deve ser fornecido um novo prazo.

#### 5. Responder

As investigações de reclamações serão analisadas em reuniões mensais do projecto e permanecerão ativas até que sejam resolvidas e uma resposta oficial seja fornecida ao reclamante. O resultado da investigação informará se:

- ▶ A queixa é considerada não relacionada com o projecto. Neste caso, o queixoso é informado (podem ser sugeridas outras vias) e a queixa é registada como encerrada.
- ▶ Existem provas que comprovam que a queixa é falsa, caso em que o queixoso é informado dos resultados da investigação e a queixa é registada como encerrada.
- ▶ A queixa é considerada infundada, caso em que o queixoso é informado dos resultados da investigação e outras vias possíveis podem ser recomendadas.
- ▶ A queixa necessita de opções de resolução. É importante verificar se a resolução proposta aborda a causa principal da queixa, de modo a minimizar a probabilidade de recorrência. É igualmente importante verificar se a resolução proposta está em conformidade com os direitos humanos do queixoso e se, ao resolver a queixa do queixoso, não são infringidos os direitos de outra pessoa.
- ▶ Se não for possível dar feedback dentro de três semanas (15 dias úteis), a pessoa e a comunidade das partes interessadas no projecto devem ser notificadas do motivo do atraso.

Em alguns casos, a resolução proposta deve ser discutida com o reclamante, em vez de anunciar unilateralmente o veredicto. O reclamante deve ter a oportunidade de aceitar ou rejeitar a proposta, ou de oferecer uma alternativa para discussão. O diálogo e a negociação devem ocorrer em bases de poder iguais (isso significa que o reclamante deve ter permissão para trazer seu representante para acompanhá-lo durante as discussões sobre a resposta à investigação). Se a resposta for rejeitada, outro processo de resolução pode ser necessário.

O acordo final deve ser concluído tanto verbalmente como por escrito. Deve ser específico, ter um prazo definido, ser acordado por ambas as partes e, em geral, permanecer confidencial. No entanto, o próprio queixoso pode optar por tornar público o resultado.

#### 6. Resolução ou recurso

O GM deve considerar um mecanismo de recurso ou apelação para reclamações nos casos em que o reclamante e a empresa do projecto não consigam chegar a um acordo. Se o acesso ao processo judicial for complexo, muito caro ou indisponível, a empresa do projecto e o reclamante podem concordar mutuamente em entrar em negociação, facilitada por um terceiro neutro (profissional ou organização de mediação, uma ONG, um advogado ou outra figura respeitada local, nacional ou internacional). Esta terceira parte neutra será acordada entre a empresa do projecto e o reclamante ou

as partes lesadas. As conclusões não serão vinculativas para nenhuma das partes e não impedirão nenhuma das partes de intentar uma ação judicial.

As comunidades e os indivíduos que acreditam estar a ser afetados negativamente por um projecto apoiado pelo Banco Mundial também têm a opção de apresentar as suas preocupações através do Serviço de Resolução de Reclamações (GRS) do Banco Mundial. O GRS garante que as reclamações recebidas sejam prontamente analisadas, a fim de resolver as preocupações relacionadas com o projecto.

As comunidades e os indivíduos afetados pelo projecto também podem apresentar a sua reclamação ao Mecanismo de Responsabilidade (AM) independente do Banco. O AM abriga o Painel de Inspeção, que determina se ocorreu ou poderia ocorrer algum dano como resultado do não cumprimento das políticas e procedimentos do Banco, e o Serviço de Resolução de Litígios, que oferece às comunidades e aos mutuários a oportunidade de resolver reclamações por meio da resolução de litígios. As reclamações podem ser apresentadas ao AM a qualquer momento após as preocupações terem sido levadas diretamente ao conhecimento da Administração do Banco e após a Administração ter tido a oportunidade de responder. O painel analisará as reclamações de qualquer grupo de duas ou mais pessoas afectadas, grupos comunitários ou organizações representativas.

As reclamações apresentadas através do GRS devem ser feitas por escrito e enviadas:

- ▶ Através do formulário online no GRS do Banco Mundial
- ▶ Por e-mail para **[grievances@worldbank.org](mailto:grievances@worldbank.org)**
- ▶ Por carta ou entrega em mão na sede do Banco Mundial em Washington D.C., Estados Unidos, ou em qualquer escritório nacional do Banco Mundial.

As reclamações apresentadas ao Painel de Inspeção devem ser apresentadas por escrito e seguir as orientações detalhadas na página web do Painel de Inspeção: **[www.inspectionpanel.org](http://www.inspectionpanel.org)**. Para mais informações e aconselhamento, os reclamantes podem contactar o Painel de Inspeção:

- ▶ Por e-mail para **[ipanel@worldbank.org](mailto:ipanel@worldbank.org)**
- ▶ Telefone: +1 202 458 5200
- ▶ Fax: +1 202 522 0916 (Washington D.C.)
- ▶ Correio: Painel de Inspeção, Mail Stop MC 10-1007, 1818 H St., NW, Washington D.C., Estados Unidos
- ▶ Ou qualquer escritório regional do Banco Mundial.

Mais informações sobre como apresentar reclamações ao Serviço de Resolução de Reclamações (GRS) do Banco estão disponíveis em **<http://www.worldbank.org/GRS>**. Para obter informações sobre como apresentar reclamações ao Mecanismo de Responsabilização do Banco, visite **<https://accountability.worldbank.org>**.

## 7. Acompanhamento e encerramento

Uma vez acordada uma resolução ou tomada uma decisão, a resposta deve ser implementada e monitorizada (podem ser necessários ajustes para garantir que as causas profundas das reclamações sejam abordadas e que os resultados sejam consistentes com o espírito do acordo original celebrado com o reclamante).

O encerramento da reclamação ocorre após a verificação da implementação da resolução acordada. Os resultados devem ser documentados e deve ser solicitada a avaliação do processo pelas partes (formulário de encerramento). Mesmo nos casos em que não se chega a um acordo, continua a ser importante encerrar o caso.

A realização de um acompanhamento e encerramento pode ajudar a manter a confiança do reclamante. Sugere-se que a implementação da resposta e o encerramento da reclamação ocorram no prazo de trinta dias após a receção da reclamação.

## 8. GM sensível a incidentes SEA/SH

O GM do projecto estabelecerá um protocolo para gerir e encaminhar reclamações relacionadas a incidentes de SEA/SH, com base nos seguintes princípios fundamentais:

- Centralidade na vítima
- Confidencialidade e anonimato
- Segurança da vítima

Nos casos em que houver queixas relacionadas com questões de SEA/SH, todos os procedimentos acima mencionados se aplicam, mas alguns processos adicionais também devem ser integrados no GM geral, como se segue:

- Seguir uma abordagem centrada na sobrevivente, que respeite as suas principais preferências após ter sido devidamente informada sobre o processo geral, o protocolo específico de SEA/SH e os serviços holísticos avaliados pelo Projecto.
- Relatar queixas de forma confidencial e através de mecanismos adequados, por meio do GM ou do especialista em GBV designado (com acesso restrito por outros elementos da equipa e sem que informações identificáveis sobre o sobrevivente sejam armazenadas no GM).
- Serão implementados vários canais de reclamação, que devem ser confiáveis para aqueles que os utilizam (os trabalhadores e a comunidade devem ser consultados e fornecer contribuições relacionadas às especificidades antes da implementação do GM).
- As mulheres que apresentarem queixas terão a opção de relatar as queixas/incidentes a representantes do sexo feminino preparadas para receber queixas de SEA/SH e fornecer o apoio informado recomendado (informações sobre o processo geral, direitos das sobreviventes, consentimento informado e encaminhamento para serviços de apoio holístico).
- Fornecer encaminhamento para os serviços de apoio holístico (serviços de saúde, psicossociais, jurídicos e de proteção/segurança) anteriormente acessados pelo Projecto e disponíveis localmente e em todo o país para todas as sobreviventes afectadas por incidentes de SEA/SH.
- De acordo com os interesses da sobrevivente, o Projecto deve fornecer apoio para facilitar o acesso aos serviços de apoio necessários, incluindo serviços jurídicos, de saúde, psicossociais e de aconselhamento sobre apoio à subsistência, se necessário.
- Incluir opções para denunciar anonimamente, se preferido, e um sistema de confidencialidade rigoroso dentro do sistema GM – com especialistas específicos em GM ou GBV designados para gerir e acompanhar este tipo de incidentes.
- Integrar no GM e actualizar continuamente os mapeamentos dos serviços de apoio holístico disponíveis, quer recursos formais quer informais (incluindo através de organizações de mulheres), e estabelecer protocolos com serviços-chave para encaminhar eficazmente as vítimas para tratamento de GBV e apoio holístico e garantir respostas adequadas.
- A investigação administrativa só prosseguirá após o consentimento informado da sobrevivente (ver exemplo do formulário de consentimento informado SEA/SH no Anexo 6).
- O GM fornecerá formulários específicos para o registo de incidentes de SEA/SH e para acompanhar a alegação do incidente, a investigação e a implementação das ações corretivas proporcionais ao incidente, até ao seu encerramento.

O GM também preparará mecanismos para ajudar oportunamente as vítimas de SEA/SH, encaminhando-as a prestadores de serviços de GBV para apoio imediato após o reconhecimento de qualquer alegação, e estabelecerá processos para notificar imediatamente o Banco Mundial em menos de 24 horas.

O projecto também implementará um plano para mitigar os riscos de SEA/SH, conforme recomendado pela Nota de Boas Práticas do Banco Mundial para Abordar SEA/SH em IPF envolvendo Grandes Obras Civis (2020). Isso incluirá a preparação de um mapeamento dos serviços holísticos de GBV disponíveis nas regiões de intervenção do projecto e (se não estiverem disponíveis) também em nível nacional. O projecto deve avaliar a qualidade dos serviços disponíveis e preparar protocolos de

encaminhamento com os principais serviços recomendados em cada serviço holístico (saúde, psicossocial, jurídico, segurança/proteção) para garantir respostas oportunas aos incidentes de VBG/VI recebidos. O projecto também seguirá o protocolo de comunicação do Banco Mundial, preenchendo o Kit de Ferramentas de Resposta a Incidentes Ambientais e Sociais (ESIRT) com a orientação da equipa do BM.

Devem ser disponibilizados vários canais para o registo de reclamações, de forma segura e confidencial. Estes devem ser eficazes e confiáveis para as pessoas potencialmente afectadas, especialmente mulheres, e devem ser explorados através de consultas aos trabalhadores (ou seja, trabalhadoras) e comunidades próximas aos locais do projecto. Os canais GM podem incluir organizações comunitárias locais, prestadores de serviços de saúde e outros. Além disso, os operadores de GM devem ser treinados sobre como informar sobre o protocolo SEA/SH e como lidar com reclamações SEA/SH por meio do GM do projecto, com sigilo absoluto e abordagem empática (sem julgamentos).

Os formulários de GM para registo e acompanhamento de incidentes de SEA/SH serão preparados pelo projecto antes da implementação das actividades de GM. O GM não deve registar outras informações além das seguintes relacionadas com as alegações de SEA/SH:

- A natureza da queixa (incluindo o tipo de abuso ou violência exercida – Exploração Sexual, Abuso e/ou Assédio Sexual);
- Data e local da ocorrência;
- Informações sobre o registo (incluindo como e quando a queixa foi recebida);
- Indicar o tipo de consentimento informado dado pelo queixoso/sobrevivente (ou seja, se o consentimento foi dado para o registo da queixa, para encaminhamento para serviços ou para encaminhamento para investigação);
- Informações sobre se a sobrevivente foi encaminhada para serviços;
- Se possível, dados básicos como a idade e o sexo da sobrevivente, sem informações pessoais;
- Ligação do alegado agressor ao projecto (se conhecida).

Um roteiro específico para o protocolo SEA/SH e um fluxograma de comunicação para incidentes SEA/SH (com as medidas de confidencialidade recomendadas) serão preparados em articulação com o diagrama GM ilustrado na figura 6-1.

Um diagrama de fluxo de alto nível ilustrando o GM é fornecido em Figura -61 .

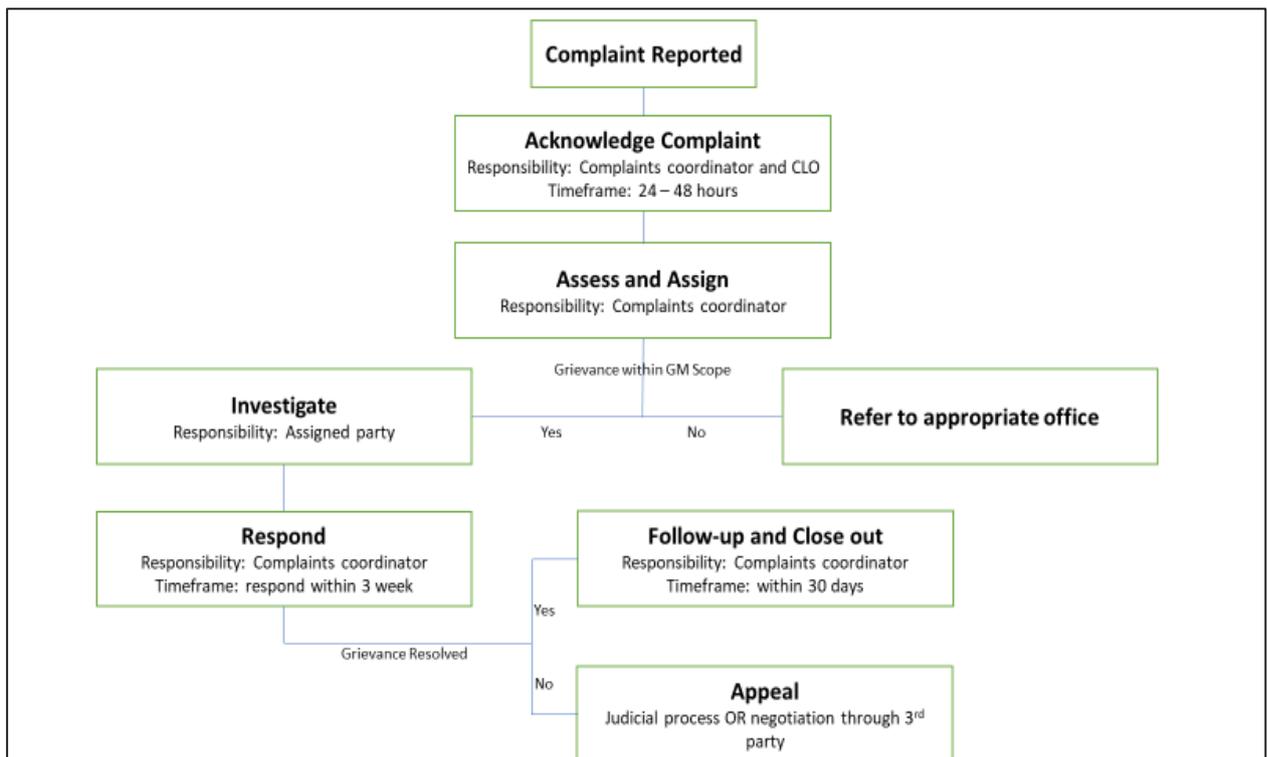


Figura -61 Processo GM

## 7 Monitorização e relatórios

### 7.1 Resumo de como o PEPI será monitorizado e relatado (incluindo indicadores)

O PEPI será monitorizado com base em relatórios qualitativos (com base em relatórios de progresso) e relatórios quantitativos ligados a indicadores de resultados sobre o envolvimento das partes interessadas e o desempenho em matéria de reclamações.

Os relatórios do PEPI incluirão o seguinte:

- (i) Relatórios de progresso sobre os compromissos ESS10-Envolvimento das partes interessadas no âmbito do Plano de Compromisso Ambiental e Social (ESCP).
- (ii) Relatórios qualitativos cumulativos sobre o feedback recebido durante as actividades do PEPI, em particular (a) questões que foram levantadas e que podem ser abordadas através de alterações no âmbito e na concepção do projecto, e refletidas na documentação básica, como o Documento de Avaliação do Projecto, Avaliação Ambiental e Social, Plano de Reassentamento, Plano para Povos Indígenas ou Plano de Ação SEA/SH, se necessário; (b) questões que foram levantadas e que podem ser abordadas durante a implementação do projecto; (c) questões levantadas que estão além do âmbito do projecto e são melhor abordadas através de projectos, programas ou iniciativas alternativos; e (d) questões que não podem ser abordadas pelo projecto devido a razões técnicas, jurisdicionais ou de custos excessivos. As atas das reuniões que resumem as opiniões dos participantes também podem ser anexadas aos relatórios de monitorização.
- (iii) Relatórios quantitativos com base nos indicadores incluídos no PEPI. Os seguintes indicadores podem ser utilizados na avaliação:

- Progressos realizados pelo projecto no que diz respeito à informação das partes interessadas e outras formas de envolvimento, conforme registado no Registo de Acompanhamento do Envolvimento das Partes Interessadas.
- Número de membros da comunidade presentes nas reuniões comunitárias e públicas.
- Número de comentários feitos por membros de grupos vulneráveis, incluindo mulheres e grupos IP/SSAHUTLC.
- O resultado de cada envolvimento (negativo ou positivo) e quaisquer medidas tomadas para transformar resultados negativos em positivos, conforme registado no Registo de Acompanhamento.
- O número de reclamações registadas.
- Distribuição das reclamações por categoria/natureza.
- Percentagem de reclamações válidas/elegíveis registadas.
- Percentagem de reclamações registadas por mulheres.
- Percentagem de reclamações registadas por pessoas vulneráveis.
- Percentagem de reclamações resolvidas em tempo útil (no prazo de 30 dias)
- Número de preocupações e/ou incidentes relacionados com violência baseada no género e exploração e abuso sexuais relacionados com o trabalho e o emprego e o período de tempo em que foram tratados.

## 7.2 Relatórios aos grupos de partes interessadas

O PEPI será revisto e actualizado conforme necessário durante a implementação do projecto.

Resumos trimestrais e relatórios internos sobre reclamações públicas, consultas e incidentes relacionados, juntamente com o estado de implementação das ações corretivas/preventivas associadas, serão compilados pelo pessoal responsável e encaminhados aos gestores do projecto.

Os mecanismos específicos para reportar às partes interessadas incluem o seguinte:

- ▶ Relatórios formais de envolvimento das partes interessadas, conforme detalhado na Secção 5.1
- ▶ Reuniões comunitárias.

# Anexos

- Anexo 1. Modelo para registar atas/registos de reuniões de consulta
- Anexo 2. Orçamento do PEPI
- Anexo 3. Tabela de exemplo: Monitorização e relatórios sobre o PEPI
- Anexo 4: Documentação distribuída por entidade
- Anexo 5: Estratégia de envolvimento
- Anexo 6: Formulário de consentimento informado SEA/SH

## Anexo 1. Modelo para registar atas/registos de reuniões de consulta

Parte interessada (Grupo ou indivíduo)	Resumo do feedback	Resposta da equipa de implementação do projecto	Ação de acompanhamento/próximos passos
Autoridades administrativas	<p>O projecto foi bem recebido pelas autoridades administrativas oficiais, mas estas solicitaram que fossem consideradas formas de beneficiar as comunidades afectadas, ou pelo menos a presença de infraestruturas de grande dimensão no seu território. A falta de acesso à electricidade é um problema significativo no corredor, identificado tanto pelos municípios como pelas administrações comunitárias.</p> <p>Ficou também muito claro que a necessidade de fornecer electricidade de forma eficaz às populações é considerada crucial por todos os I&amp;AP.</p>	<p>Tomou nota do feedback para referência futura</p> <p>A ESIA recomendou que os consultores sociais nomeados durante a implementação avaliassem quais as comunidades ao longo do percurso mais afectadas pela falta de energia e instalassem, por exemplo, painéis solares em locais/infraestruturas acordados (tais como escolas, centros de saúde, edifícios administrativos, etc.) para permitir um fornecimento de energia seguro e fiável às comunidades.</p>	<p>É necessário comunicar claramente quais as zonas que serão eletrificadas pela expansão da rede nacional e quais as zonas que beneficiarão ainda mais da infraestrutura de distribuição.</p> <p>A abordagem proposta, de instalar nove (9) painéis solares (1 por administração comunitária afetada) para servir infraestruturas comunitárias selecionadas, será informada pelo feedback obtido durante o envolvimento das partes interessadas no projecto, no âmbito do Plano de Ação de Reassentamento (RAP) a ser desenvolvido antes da implementação do projecto.</p>
Comunidades locais e autoridades tradicionais	<p>O projecto também foi bem recebido pelas comunidades locais e autoridades tradicionais, que também solicitaram beneficiar do projecto, não necessariamente (ou apenas) do fornecimento de electricidade, mas sim para resolver a questão relacionada com a falta de água, que é uma grande preocupação na região.</p>	<p>A infraestrutura hídrica pode ser uma forma significativa de compensação para as comunidades e precisa ser abordada.</p> <p>Os consultores sociais nomeados durante a implementação, juntamente com as comunidades e autoridades tradicionais, devem identificar os locais mais adequados para a implementação de furos e «chimpanças» na área de influência do corredor</p>	<p>. Como abordagem preliminar, propõe-se a criação de dois (2) furos e nove (9) «chimpanças» (1 por administração comunitária afetada). Estes números devem ser revistos, após a quantificação do DVIG afetado durante os inquéritos RAP. Os fundos para a execução desta infraestrutura foram reservados como parte da implementação do projecto</p>
Todas as partes interessadas	<p>Todas as partes interessadas preferem reuniões diretas e consideram esta forma como o método mais eficaz para envolver as pessoas e transmitir informações às I&amp;APs em todos os níveis de compreensão da população.</p>	<p>Anotou-se o feedback para referência futura</p>	<p>Garantir reuniões presenciais com todos os níveis de comunicação. A comunicação escrita é um método menos preferido, assim como o rádio ou a televisão, uma vez que a cobertura nas zonas rurais é muito baixa ou inexistente.</p>
Comunidades locais ao longo do corredor	<p>A região em geral apresenta altos níveis de desemprego e falta de qualificação, o que contribui para o alto nível de pobreza multidimensional local.</p>	<p>Tomou nota do feedback e reforçou que a ESIA já recomendava um programa de formação específico, para garantir a capacitação da população local.</p>	<p>Deve ser implementado um programa de formação específico para garantir a capacitação da população local. Deve ser prestada assistência técnica personalizada às mulheres e outros grupos vulneráveis, incluindo a aquisição das competências técnicas especializadas necessárias para este projecto. As actividades do projecto, tais como o inquérito RAP, devem empregar e capacitar os habitantes locais para satisfazer as necessidades específicas dessas actividades.</p>
Comunidades locais IP/SSAHUTLC Mulheres	<p>A corrupção, o nepotismo e a preferência política na atribuição de empregos requerem atenção para garantir que nenhuma pessoa seja favorecida</p>	<p>Tomamos nota do feedback e reconhecemos a preocupação, envidando esforços para garantir que</p>	<p>O processo de atribuição de empregos deve ser transparente e independente.</p>

Parte interessada (Grupo ou indivíduo)	Resumo do feedback	Resposta da equipa de implementação do projecto	Ação de acompanhamento/próximos passos
	devido ao seu género, grupo étnico ou filiação política.	isso seja incluído no Plano de Emprego Local como parte do pacote de aquisições do EPC.	Sensibilizar tanto homens como mulheres IP/SSAHUTLC ou outros DVIIG sobre como podem beneficiar do projecto para se tornarem economicamente empoderados.
Mulheres	Devido à história recente de Angola, um grande número de mulheres são chefes de família e enfrentam dificuldades adicionais para garantir o sustento das suas famílias.	Tomamos nota do feedback e reconhecemos a preocupação, envidando esforços para garantir que isso seja incluído no Plano de Emprego Local como parte do pacote de aquisições da EPC.	<p>O desenvolvimento do Plano de Emprego Local (para a fase de construção) deve incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A implementação da Ação Afirmativa como um dos seus requisitos.</li> <li>• Uma quota definida que indique a percentagem de mulheres e homens que serão empregados no projecto.</li> <li>• Tanto as mulheres como os homens dos assentamentos ao longo da linha de transporte devem ter prioridade para empregos pouco qualificados, indicando explicitamente a quota para cada género.</li> </ul> <p>Deve ser realizada uma auditoria de competências antes do início de quaisquer actividades de construção, e a notificação da mesma deve ser feita através das administrações locais e dos chefes tradicionais - realizada por consultores independentes para garantir um processo transparente e independente.</p>
Comunidades locais IP/SSAHUTLC	Em Angola, existe uma diferença significativa na compreensão dos problemas e desafios locais entre as autoridades administrativas oficiais (administrações provinciais, municipais e, por vezes, comunais) e as comunidades rurais. As administrações parecem não ter um conhecimento claro das áreas remotas, e as comunidades rurais sentem-se isoladas (má comunicação) e ignoradas.	Tomou nota do feedback para referência futura.	É essencial manter um envolvimento directo com as comunidades rurais à medida que o projecto se desenvolve, pois confiar na comunicação através das administrações oficiais pode resultar em mal-entendidos.
Comunidades locais IP/SSAHUTLC	<p>Em geral, as partes interessadas têm pouca experiência com projectos semelhantes e não parecem estar familiarizadas com os impactos e consequências associados à construção de uma linha de transporte.</p> <p>A sua principal preocupação estava relacionada com a capacidade de utilizar/passar pela área afetada após a construção. A população rural mais a sul, mais perto da fronteira com a Namíbia, já tinha visto linhas de transporte e sabia que o gado podia</p>	Anotou o feedback para referência futura	Garantir o envolvimento contínuo com as comunidades locais para que o projecto e a forma como este afetará as suas vidas possam ser melhor compreendidos.

Parte interessada (Grupo ou indivíduo)	Resumo do feedback	Resposta da equipa de implementação do projecto	Ação de acompanhamento/próximos passos
	passar por cima e por baixo delas, uma vez que a circulação do gado era o seu principal foco.		
Comunidades locais IP/SSAHUTLC	<p>Embora não exista atualmente nenhum conflito óbvio, há uma questão de ocupação de terras na região entre Lubango e Cahama, entre proprietários de gado e grandes fazendas organizadas. As fazendas têm ocupado áreas/corredores de transumância, usados para a movimentação sazonal do gado, reduzindo assim o espaço disponível e invadindo as rotas para áreas de água e pastagem.</p> <p>Na mesma área, há actividade industrial de pequena escala (principalmente mineração de granito ornamental em pedreiras) adjacente à estrada principal, o que também contribui para limitar o espaço disponível para pastagem e transumância.</p>	Tomamos nota do feedback e reconhecemos a preocupação, envidando esforços para garantir que o Projecto não agrave os conflitos subjacentes existentes.	<p>O envolvimento do Projecto SE e RAP deve esforçar-se por saber onde, como e quando são utilizadas as principais/preferidas áreas/corredores de transumância pelas comunidades locais</p> <p>O projecto deve garantir que não exerce qualquer pressão adicional sobre as áreas/corredores de transumância utilizados pelos I&amp;A;APs e que não são criadas mais barreiras durante a fase de construção, especialmente na(s) estação(ões) mais utilizada(s) para a movimentação do gado.</p>
Autoridades administrativas e comunidades locais	A população das zonas rurais depende de pessoas como funcionários da administração local, assistentes sociais, padres, enfermeiros ou funcionários de ONG locais para obter mais informações sobre o projecto e esclarecer dúvidas/questões.	Anotou o feedback para referência futura	<p>O Projecto SE deve capitalizar o seu apoio e conhecimento e fornecer-lhes informações específicas para que possam transmiti-las.</p> <p>Fornecer panfletos, cartazes e outras formas de informação para a população com níveis mais elevados de alfabetização nas áreas rurais e remotas.</p>
Autoridades administrativas	Nas comunidades rurais, o risco de contrair VIH/SIDA pode não ser reconhecido como um risco válido e, por vezes, é associado a práticas de bruxaria.	Anotou o feedback para referência futura	Oferecer sessões de sensibilização específicas para ampliar o conhecimento e a aceitação dessas questões pelas comunidades, bem como aumentar a sua consciência sobre os riscos.
IP/SSAHUTLC	As populações rurais, e especificamente IP/SSAHUTLC, muitas vezes não enviam os seus filhos à escola, de acordo com as práticas habituais, o que contribui para o baixo nível de alfabetização na região, bem como para a pobreza multidimensional.	Anotamos o feedback para referência futura	Oferecer sessões de sensibilização dedicadas para ampliar o conhecimento das comunidades.
Comunidades locais IP/SSAHUTLC Mulheres	Os assentamentos são bastante dispersos e, em alguns casos, remotos, e quando uma reunião é realizada, as pessoas, e mais especificamente as mulheres, podem não ser incluídas na notificação e/ou não poder viajar para participar.	Tomamos nota do feedback e reconhecemos a preocupação, envidando esforços para garantir que o projecto inclua o maior número possível de pessoas/grupos e atenda às suas dificuldades.	É importante considerar e acomodar esses desafios ao planejar a logística do envolvimento.

Parte interessada (Grupo ou indivíduo)	Resumo do feedback	Resposta da equipa de implementação do projecto	Ação de acompanhamento/próximos passos
Comunidades locais IP/SSAHUTLC Mulheres	<p>Podem surgir obstáculos culturais à livre expressão de opiniões, por exemplo, as mulheres podem não falar na presença de homens e não podem discordar deles, ou grupos marginalizados, como IP/SSAHUTLC ou outros DVIG, podem não ser capazes/autorizados a transmitir as suas preocupações.</p> <p>Além disso, se a tradução das línguas locais depender exclusivamente de uma entidade oficial (por exemplo, quando liderada por administrações municipais ou comunais) ou de uma posição unilateral (por exemplo, filiação ao principal partido político), as informações transmitidas podem ser fragmentadas e editadas.</p>	Tomamos nota do feedback e reconhecemos a preocupação, envidando esforços para garantir que o projecto inclua o maior número possível de pessoas/grupos.	<p>Garantir um envolvimento dedicado com IP/SSAHUTLC, nomeadamente através de reuniões com Sobas e grupos focais IP/SSAHUTLC</p> <p>Garantir que, durante a SE, haja alguém que possa compreender se isso acontecer e qual foi o assunto editado.</p> <p>É importante interagir separadamente com esses grupos, com um tradutor independente</p> <p>Implementar o Plano IP/SSAHUTLC</p>
Autoridades administrativas Comunidades locais Autoridades tradicionais locais/Sobas Soba de Cahama	<p>Os recursos culturais identificados até agora incluem alguns pequenos cemitérios, geralmente localizados junto a povoações, e um local especial mencionado pelos habitantes locais, uma pedra sagrada («emanha ocusso») localizada a norte de Cahama e a leste da estrada principal.</p> <p>Estes recursos etnoculturais precisam de ser protegidos e, se possível, o projecto deve evitar afetá-los.</p>	Tomou nota do feedback e reconheceu a preocupação, envidando esforços para garantir que o projecto inclua a proteção de todos os recursos culturais	<p>O envolvimento do Projecto SE e RAP deve esforçar-se por saber onde se localizam estes recursos etnoculturais.</p> <p>O projecto inclui uma visita a pé a ser realizada por especialistas sociais, patrimoniais e ecológicos para identificar recursos sensíveis, a fim de garantir a sua preservação ou, se não for possível, a sua compensação, após a desminagem e antes da construção do projecto.</p>
Autoridades administrativas Autoridades tradicionais locais/Sobas	A inspeção para identificar recursos sensíveis para evitar ou compensar, a ser realizada por especialistas sociais, patrimoniais e ecológicos, deve incluir representantes das comunidades e administrações locais, para que possam aconselhar sobre a sua localização e fornecer informações sobre a sua importância e preservação.	Tomou nota do feedback e agradeceu a oferta, envidando esforços para garantir que o projecto inclua a proteção de todos os recursos culturais	<p>O envolvimento do Projecto SE e RAP deve esforçar-se por saber onde se localizam estes recursos sociais, patrimoniais e ecológicos</p> <p>O projecto inclui uma caminhada a ser realizada por especialistas sociais, patrimoniais e ecológicos para identificar recursos sensíveis, a fim de garantir a sua prevenção ou, se não for possível, a sua compensação, após a desminagem e antes da construção do projecto</p>
Administrações provinciais e municipais	Ao nível da administração provincial e municipal, alguns dos técnicos solicitaram mais informações para incluir o corredor nos seus futuros instrumentos de planeamento regional e municipal. Alguns até mostraram interesse em receber as informações em formato digital (shp e/ou dwg) e afirmaram que as solicitariam por e-mail.	Tomou nota do pedido e enviou as informações digitais do corredor avaliado na ESIA aos técnicos que as solicitaram, por e-mail	Garantir que as informações digitais do projecto sejam disponibilizadas às entidades de planeamento que possam solicitá-las.
Cidadãos individuais	Como parte da mitigação e compensação de impactos, sugeriu que poderiam ser plantadas	Tomou nota do feedback e reconheceu a preocupação, envidando esforços para garantir que o projecto inclua a recomendação.	O projecto deve considerar o plantio de árvores para compensar as que foram perdidas durante a fase de construção.

Parte interessada (Grupo ou indivíduo)	Resumo do feedback	Resposta da equipa de implementação do projecto	Ação de acompanhamento/próximos passos
	árvores para compensar as que foram destruídas durante a construção do projecto.		
Comunidades locais	As comunidades estão preocupadas com questões como corrupção, proteção ambiental, respeito cultural e oportunidades de emprego justas. As comunidades solicitam que sejam implementadas medidas para garantir a supervisão (fiscalização), monitorização e avaliação por uma entidade independente, a fim de prevenir a corrupção governamental, a má conduta dos empreiteiros e garantir que as preocupações sejam geridas.	Tomou nota do feedback e esclareceu que o ESMP do projecto inclui recomendações a serem incluídas nos Planos de Aquisição e Gestão de Mão de Obra da EPC.	A equipa de engenheiros do proprietário deve garantir esta função independente ao longo da fase de construção.
Comunidades locais	As comunidades estão preocupadas com o aumento do volume de tráfego e, especificamente, com os acidentes de trânsito que colocam em risco a vida de pessoas e gado.	Tomou nota do feedback e esclareceu que o ESMP do projecto inclui recomendações a serem incluídas no Plano de Aquisições e Gestão de Tráfego da EPC.	O Plano de Gestão de Tráfego incluído no ESMP deve ser implementado de forma eficaz.
Comunidades locais	A área onde o projecto está a ser proposto tem uma conectividade de telemóvel muito fraca. A falta de rede de comunicação (telefone) foi levantada como uma questão recorrente pelas comunidades.	Tomou nota do feedback e reconheceu a preocupação, envidando esforços para garantir que o projecto incluía a recomendação	O projecto deve avaliar se a inclusão do aprimoramento da rede de comunicação está dentro de seus benefícios líquidos positivos
Comunidades locais	As escolas rurais estão mal conservadas e em estado muito degradado. A maioria das escolas precisa de ser reabilitada. Os membros da comunidade questionaram se é possível reabilitar e fornecer painéis solares aos edifícios comunitários e escolas que precisam de cuidados ou não têm electricidade.	Tomou nota do feedback e reconheceu a preocupação, envidando esforços para garantir que o projecto incluía a recomendação	A ser avaliado durante a fase RAP
IP/SSAHUTLC	O projecto precisa respeitar o modo de vida nómada de povos como os Munchimba e os Mútua, pois o gado é essencial para a sua sobrevivência e eles não recorrem à agricultura.	Tomou nota do feedback e reconheceu a preocupação, envidando esforços para garantir que o projecto incluía a recomendação.	A ser avaliada durante a futura fase SE e RAP e medidas específicas devem ser incluídas no Plano IP/SSAHUTLC Avaliar se estes povos nómadas vivem/passam pela rota do corredor Identificar os corredores de transumância na área de estudo, essenciais para a sobrevivência destes povos
Comunidades locais	Os membros da comunidade solicitaram ser informados sobre o estado do projecto e atualizações sobre o que está a acontecer com o projecto, para que saibam o que esperar e quando.	Anotou-se o feedback para referência futura	Manter SE regular Garantir que os CLO sejam nomeados o mais rápido possível para que as pessoas tenham alguém a quem recorrer para tirar dúvidas

Parte interessada (Grupo ou indivíduo)	Resumo do feedback	Resposta da equipa de implementação do projecto	Ação de acompanhamento/próximos passos
Comunidade de Gambos	As propostas de projectos anteriores na área de Gambos prometiam medidas de melhoria social e valorização para benefício da comunidade, tais como contribuições para escolas e instalações de saúde, tanques de armazenamento de água, etc.), mas estas eram promessas vazias e nada aconteceu. As comunidades solicitam que, se as promessas forem feitas, elas tenham de ser cumpridas/implementadas durante a fase de construção do projecto.	Anotou o feedback para referência futura.	Garantir que os benefícios líquidos positivos do projecto sejam incluídos na fase de construção
Indústrias extrativas	As indústrias extrativas existentes localizadas na área de influência do projecto solicitaram ser incluídas no planeamento da distribuição de electricidade	Anotou-se o feedback para referência futura	Recomendação a ser incluída no projecto

## Anexo 2. Orçamento do PEPI

Categorias orçamentais		Custos unitários (Montante fixo anual)	Tempo (anos)	Custos totais
<b>1.</b>	<b>Consultas/Planeamento participativo, reuniões de tomada de decisão</b>			<b>\$ 340 000</b>
1.1	Fase de pré-construção e construção	\$ 63 000	5	\$ 315 000
1.2	Fase de operação	\$ 5 000	5	\$ 25 000
<b>2.</b>	<b>Campanhas de comunicação</b>			<b>\$ 6 500</b>
2.1	Fase de pré-construção e construção	\$ 650	5	\$ 3 250
2.2	Fase de operação	\$ 650	5	\$ 3 250
<b>3.</b>	<b>Formações</b>			<b>\$ 25 125</b>
3.1	Fase de pré-construção e construção	\$ 4 750	4,5	\$ 21 375
3.2	Fase de operação	\$ 750	5	\$ 3 750
<b>4.</b>	<b>Mecanismo de reclamação</b>			<b>\$ 44 525</b>
4.1	Fase de pré-construção e construção	\$ 6 700	4,5	\$ 30 150
4.2	Fase de operação	\$ 2 875	5	\$ 14 375
<b>5.</b>	<b>PEPI Monitorização e revisão</b>			<b>\$ 15 000</b>
5.1	Fase de pré-construção e construção	\$ 1 500	5	\$ 7 500
5.2	Fase de operação	\$ 1 500	5	7 500
<b>6.</b>	<b>Outras despesas</b>	<b>\$...2 123</b>	<b>10</b>	<b>\$ 21 232</b>
	<b>ORÇAMENTO TOTAL PARA O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS:</b>			<b>\$ 452 382</b>

Este custo baseia-se em vários pressupostos:

- ▶ Exclui os custos associados à compilação e implementação do RAP (isso está previsto no RAP)
- ▶ Fase de pré-construção de 18 meses (incluindo o planeamento e a implementação do reassentamento).
- ▶ Período de construção de 36 meses.
- ▶ Período de operação de 5 anos, após o qual a abordagem PEPI deve ser revista
- ▶ Um total de quatro CLO, GBV e IP/SSAHUTLC necessários durante o período de construção.
- ▶ Com base nas taxas e custos de 2024.
- ▶ Inclui custos associados a alojamento, alimentação e viagens para visitas de especialistas não residentes e monitorização RNT e do engenheiro do proprietário.

## Anexo 3. Tabela de amostra: Monitorização e relatórios sobre o PEPI

Questões-chave de avaliação	Questões específicas de avaliação	Indicadores potenciais	Métodos de recolha de dados
<p><b>GM.</b> Em que medida as partes afectadas pelo projecto receberam meios acessíveis e inclusivos para levantar questões e reclamações? A agência implementadora respondeu e gerenciou essas reclamações?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As partes afectadas pelo projecto estão a levantar questões e reclamações?</li> <li>Com que rapidez/eficácia as queixas são resolvidas?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização do GM e/ou mecanismos de feedback</li> <li>Pedidos de informação às agências relevantes.</li> <li>Utilização de caixas de sugestões colocadas nas aldeias/comunidades do projecto.</li> <li>Número de queixas apresentadas pelos trabalhadores, desagregadas por género dos trabalhadores e local de trabalho, resolvidas dentro de um prazo específico.</li> <li>Número de casos de exploração sexual e abuso/assédio sexual (SEA/SH) relatados nas áreas do projecto, que foram encaminhados para apoio sanitário, social, jurídico e de segurança, de acordo com o processo de encaminhamento em vigor. (se aplicável)</li> <li>Número de reclamações que foram (i) abertas, (ii) abertas há mais de 30 dias, (iii) resolvidas, (iv) encerradas e (v) número de respostas que satisfizeram os reclamantes, durante o período de referência, desagregadas por categoria de reclamação, género, idade e localização do reclamante.</li> </ul>	<p>Registos da agência implementadora e outras agências relevantes</p>
<p><b>Impacto do envolvimento das partes interessadas na concepção e implementação do projecto.</b> Como as actividades de envolvimento fizeram a diferença na concepção e implementação do projecto?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Houve interesse e apoio ao projecto?</li> <li>Foram feitos ajustes durante a concepção e implementação do projecto com base no feedback recebido?</li> <li>As informações prioritárias foram divulgadas às partes relevantes ao longo do ciclo do projecto?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação ativa das partes interessadas nas actividades</li> <li>Número de ações tomadas em tempo útil em resposta ao feedback recebido durante as sessões de consulta com as partes afectadas pelo projecto.</li> <li>Número de reuniões de consulta e discussões públicas em que o feedback e as recomendações recebidos se refletiram na concepção e implementação do projecto.</li> <li>Número de sessões de envolvimento desagregadas realizadas, com foco nos grupos em risco no projecto.</li> </ul>	<p>Folhas de presença/atas das consultas às partes interessadas</p> <p>Formulários de avaliação</p> <p>Inquéritos estruturados</p> <p>Publicações nas redes sociais/meios de comunicação tradicionais sobre os resultados do projecto</p>
<p><b>Eficácia da implementação.</b> As actividades de envolvimento das partes interessadas foram eficazes na implementação?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As actividades foram implementadas conforme o planeado? Por que sim ou por que não?</li> <li>A abordagem de envolvimento das partes interessadas incluiu grupos desagregados? Porquê ou por que não?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentagem de actividades PEPI implementadas.</li> <li>Principais barreiras à participação identificadas com os representantes das partes interessadas.</li> <li>Número de ajustes feitos na abordagem de envolvimento das partes interessadas para melhorar o alcance, a inclusão e a eficácia dos projectos.</li> </ul>	<p>Estratégia de comunicação (calendário de consultas)</p> <p>Discussões periódicas em grupos focais</p> <p>Reuniões presenciais e/ou discussões em grupos focais com grupos vulneráveis ou seus representantes</p>



## Anexo 4: Documentação distribuída por entidade

Entidade/Localização	Documentação apresentada	Data
<b>Governos provinciais</b>		
Huíla	Um pacote composto por (entrega em mão): <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartaz para ser afixado na sede do governo</li> <li>• Resumo executivo do projecto</li> </ul>	22 de Maio de 2024
Cunene	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Folhetos do projecto</li> <li>• Formulários de participação</li> </ul>	14 de Maio de 2024
<b>Administrações municipais</b>		
Lubango/Arimba	Um pacote composto por (entrega em mão):	22 de Maio de 2024
Chibia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartaz a ser afixado na sede da Administração</li> <li>• Resumo executivo do projecto</li> </ul>	20 de Maio de 2024
Gambos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Folhetos do projecto</li> </ul>	21 de Maio de 2024
Cahama	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formulários de participação</li> </ul>	16 de Maio de 2024
Curoca		15 de Maio de 2024
Ombadja		16 de Maio de 2024
<b>Administrações comunais</b>		
Lubango (Lubango)	Um pacote composto por (entrega em mão):	22 de Maio de 2024
Hoque (Lubango)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartaz para ser afixado na sede administrativa</li> <li>• Folhetos do projecto</li> </ul>	20 de Maio de 2024
Capunda Cavilongo (Chibia)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formulários de participação</li> </ul>	20 de Maio de 2024
Quihita (Chibia)		21 de Maio de 2024
Chimbemba (Gambos)		21 de Maio de 2024
Cahama (Cahama)		16 de Maio de 2024
Otchinjau (Cahama)		16 de Maio de 2024
Chitado (Curoca)		15 de Maio de 2024
Humbe (Ombadja)		13 de Maio de 2024
Naulila (Ombadja)		13 de Maio de 2024
<b>Organizações Não Governamentais (ONG) Ambientais</b>		
ADRAA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente	E-mail informando a entidade sobre como enviar a sua participação e indicando o link online onde a documentação do projecto ESIA pode ser consultada.	
Rede Ambiental Maiombe		
JEA - Juventude Ecológica Angolana		
<b>ONG para o desenvolvimento social</b>		
HALO Trust (desminagem)	E-mail informando a entidade sobre como enviar a sua participação e indicando o link online onde a documentação do projecto ESIA pode ser consultada.	
OCADEC - Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário		
Workshop de Desenvolvimento (DW)		
Catholic Relief Services (CRS) Angola		
ASPALSIDA - Associação dos Seropositivos e Activistas de Luta Contra a SIDA		
<b>ONG civis</b>		
Associação Mãos Livres	E-mail informando a entidade sobre como enviar a sua participação e indicando o link online onde a documentação do projecto ESIA pode ser consultada.	
Associação Justiça, Paz e Democracia		
Centro MOSAIKO		
Cruz Vermelha de Angola		

Entidade/Localização	Documentação apresentada	Data
Direitos Humanos Angola		
ONG de mulheres		
Promaica	E-mail informando a entidade sobre como enviar a sua participação e indicando o link online onde a documentação do projecto ESIA pode ser consultada.	
AMEH - Associação das Mulheres Empreendedoras de Pequenos Negócios		
IMAS – ENA - Instituto da Mulher para a Acção Social		

## Anexo 5: Estratégia de envolvimento

### Envolvimento na actualização do projecto

#### Introdução

O Banco Mundial (BM) está a considerar financiar o projecto e, como tal, a versão atual do PEPI foi revista para garantir a conformidade com os requisitos do Quadro Ambiental e Social do BM. Foi tomada a decisão de reiniciar o envolvimento das partes interessadas para lhes fornecer uma actualização do estado do projecto e obter mais informações sobre o impacto potencial do projecto nas comunidades vulneráveis e marginalizadas.

#### Plano de execução

Foi elaborado um plano detalhado de logística e execução do envolvimento das partes interessadas, com base na experiência de envolvimento anteriores, para realizar envolvimento com a comunidade e o PAP na área de influência durante um período de duas semanas, de 13 de Maio de 2024 a 24 de Maio de 2024.

O principal objectivo do trabalho é reiniciar o envolvimento das partes interessadas para atualizá-las sobre o estado do projecto. O processo de envolvimento das partes interessadas envolverá as comunidades afectadas pelo projecto e as partes interessadas institucionais (locais, provinciais, nacionais), incluindo grupos vulneráveis e, em particular, povos indígenas na área de influência do projecto.

Os objectivos específicos do plano de execução actualizado do envolvimento das partes interessadas foram:

- Identificar a presença de grupos vulneráveis e, em particular, povos indígenas (IPP) / comunidades tradicionalmente carentes da África Subsaariana dentro da área de influência directa e indirecta do projecto.
- Envolver os grupos vulneráveis, incluindo as comunidades IPP / comunidades tradicionalmente carenciadas da África Subsaariana, no projecto proposto.
- Obter informações sobre as rotas de transumância e a utilização dos recursos naturais pelas comunidades dentro da área de influência directa e indirecta.
- Actualizar o PEPI existente através da integração de contributos do processo de envolvimento das partes interessadas reiniciado.
- Desenvolver um plano de consulta e integrá-lo ao PEPI revisto, detalhando como o envolvimento das partes interessadas será realizado ao longo das diferentes fases do projecto (por exemplo, projecto, construção e comissionamento).

#### Identificação das partes interessadas

Foi realizada uma revisão detalhada dos relatórios ESIA, QPR, PEPIs e VGPs existentes, bem como de novos dados, documentos ou literatura publicados disponíveis ao público, para identificar as comunidades dentro da área de influência do projecto. Foi feita uma revisão de imagens aéreas e mapas para cruzar os resultados da revisão das informações documentais com a revisão dos dados, documentos e literatura existentes.

As partes interessadas foram identificadas e analisadas. Além disso, foram identificadas e contactadas ONG (por exemplo, OCADEC) que podem fornecer informações sobre VG, IPP e outras partes interessadas na região. Também foi solicitado às ONG que fornecessem informações relevantes sobre direitos humanos, questões indígenas, questões de género, alterações climáticas, agricultura tradicional/produção pecuária (transumância).

#### Estratégia de envolvimento

Foi desenvolvida uma estratégia de envolvimento das partes interessadas que abrangeu tópicos como:

- Logística detalhada (incluindo informações como a comunidade a ser visitada, pessoas de contacto, data/horas/local das reuniões, compilação de todos os materiais das partes interessadas)

- Compilação de materiais de envolvimento, incluindo o seguinte:
  - Resumo não técnico em português
  - Folhas de comentários
  - Registos das reuniões
  - Panfletos
  - Cartazes
- Questionário para inquéritos
- Tradução do questionário
- Formação da equipa sobre o questionário
- Impressão de todos os materiais para reuniões com as partes interessadas.

Foi tomado o máximo cuidado na preparação de materiais que fossem acessíveis a membros analfabetos ou parcialmente alfabetizados das comunidades, através do uso de imagens e gráficos.

A equipa de envolvimento também contactou a OCADEC para garantir que a estratégia fosse suficiente para incluir todas as partes interessadas afectadas.

## Notificação das partes interessadas

As partes interessadas foram notificadas das reuniões de envolvimento através de uma carta oficial da RNT, enviada antecipadamente ao Governador Provincial afetado, para que as informações sobre as próximas reuniões pudessem ser transmitidas a nível municipal e comunal.

A carta enviada aos governos provinciais da Huíla e do Cunene é apresentada no Apêndice C.

## Divulgação do projecto

### Consulta pública/Reuniões com as PAP

Foram realizadas reuniões de divulgação do projecto com várias entidades, bem como apresentações públicas, conforme mostrado na **Tabela7 .1** .

**Tabela7 .1 : Reuniões realizadas**

Entidade/Local	Data
<b>Governos provinciais</b>	
Huíla	22 de Maio de 2024
Cunene	14 de Maio de 2024
<b>Administrações municipais</b>	
Lubango/Arimba	22 de Maio de 2024
Chibia	20 de Maio de 2024
Gambos	21 de Maio de 2024
Cahama	16 de Maio de 2024
Curoca	15 de Maio de 2024
Ombadja	16 de Maio de 2024
<b>Administrações comunais</b>	
Lubango (Lubango)	22 de Maio de 2024
Hoque (Lubango)	20 de Maio de 2024
Capunda Cavi longo (Chibia)	20 de Maio de 2024
Quihita (Chibia)	21 de Maio de 2024

Entidade/Local	Data
Chimbemba (Gambos)	21 de Maio de 2024
Cahama (Cahama)	16 de Maio de 2024
Otchinjau (Cahama)	16 de Maio de 2024
Chitado (Curoca)	15 de Maio de 2024
Humbe (Ombadja)	13 de Maio de 2024
Naulila (Ombadja)	13 de Maio de 2024
Povos indígenas/comunidades locais tradicionais historicamente carentes da África Subsaariana	
Capunda Cavilongo (comunidade San)	23 de Maio de 2024

## Divulgação de informações

Em cada local de reunião, foi entregue aos representantes locais um folheto com informações sobre o projecto, redigido em português, para ser disponibilizado às comunidades.

Foi enviado um e-mail às entidades incluídas na base de dados I&AP.

Além disso, o site anterior em português ([www.zutari.com/anna-pt/](http://www.zutari.com/anna-pt/)) foi actualizado e um resumo executivo do desenvolvimento atual do projecto foi disponibilizado juntamente com o conjunto completo da documentação da ESIA. O site tem um formulário de participação disponível para receber comentários, e todas as informações do projecto (cartazes, resumo executivo, folhetos e e-mails) têm o link online. **Tabela7 .2** mostra a documentação distribuída por entidade.

**Tabela7 .2 : Documentação distribuída**

Entidade/Localização	Documentação enviada	Data	
Governos provinciais			
Huíla	Um pacote composto por (entrega em mão): Cartaz para ser afixado na sede do governo Resumo executivo do projecto Folhetos do projecto Formulários de participação	22 de Maio de 2024	
Cunene		14 de Maio de 2024	
Administrações municipais			
Lubango/Arimba	Um pacote composto por (entrega em mão): Cartaz a ser afixado na sede da Administração Resumo executivo do projecto Folhetos do projecto Formulários de participação	22 de Maio de 2024	
Chibia		20 de Maio de 2024	
Gambos		21 de Maio de 2024	
Cahama		16 de Maio de 2024	
Curoca		15 de Maio de 2024	
Ombadja		16 de Maio de 2024	
Administrações comunais			
Lubango (Lubango)	Um pacote composto por (entrega em mão): Cartaz para ser afixado na sede administrativa Folhetos do projecto Formulários de participação	22 de Maio de 2024	
Hoque (Lubango)		20 de Maio de 2024	
Capunda Cavilongo (Chibia)		20 de Maio de 2024	
Quihita (Chibia)		21 de Maio de 2024	
Chimbemba (Gambos)		21 de Maio de 2024	
Cahama (Cahama)		16 de Maio de 2024	
Otchinjau (Cahama)		16 de Maio de 2024	
Chitado (Curoca)		15 de Maio de 2024	
Humbe (Ombadja)		13 de Maio de 2024	
Naulila (Ombadja)		13 de Maio de 2024	
Organizações Não Governamentais (ONG) Ambientais			
ADRAA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente		E-mail informando a entidade sobre como enviar a sua participação e indicando o link online onde a documentação do projecto ESIA pode ser consultada.	
Rede Ambiental Maiombe			

Entidade/Localização	Documentação enviada	Data
JEA - Juventude Ecológica Angolana		
<b>ONG para o desenvolvimento social</b>		
HALO Trust (desminagem)	E-mail informando a entidade sobre como enviar a sua participação e indicando o link online onde a documentação do projecto ESIA pode ser consultada.	
OCADEC - Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário		
Workshop de Desenvolvimento (DW)		
Catholic Relief Services (CRS) Angola		
ASPALSIDA - Associação dos Seropositivos e Activistas de Luta Contra a SIDA		
<b>ONG civis</b>		
Associação Mãos Livres	E-mail informando a entidade sobre como enviar a sua participação e indicando o link online onde a documentação do projecto ESIA pode ser consultada.	
Associação Justiça, Paz e Democracia		
Centro MOSAIKO		
Cruz Vermelha de Angola		
Direitos Humanos Angola		
<b>ONG de mulheres</b>		
Promaica	E-mail informando a entidade sobre como enviar a sua participação e indicando o link online onde a documentação do projecto ESIA pode ser consultada.	
AMEH - Associação das Mulheres Empreendedoras de Pequenos Negócios		
IMAS – ENA - Instituto da Mulher para a Acção Social		

Foi concedido às partes interessadas um prazo de 50 dias para enviar comentários por escrito ao escritório da Zutari em Angola. O período para comentários teve início em 13 de Maio e terminou em 1 de julho de 2024. Não foram recebidos comentários.

## Anexo 6: Formulário de Consentimento Informado SEA/SH

### Formulário de Consentimento para Divulgação de Informações

Este formulário deve ser lido ao queixoso (se não for a vítima) na sua língua materna. Deve ficar claro para o cliente que pode escolher uma ou nenhuma das opções listadas. Se o queixoso for a vítima, utilize o formulário de consentimento padrão em SEA/SH.

Eu, \_\_\_\_\_, dou o meu consentimento à (nome da organização) para partilhar informações sobre o incidente que lhes reporte, conforme explicado abaixo:

Compreendo que, ao concordar com o que se segue, estou a dar permissão à (Nome da organização) para partilhar informações da minha denúncia específica com o(s) prestador(es) de serviços que indiquei, para que uma queixa possa ser apresentada.

Compreendo que as informações partilhadas serão tratadas de forma confidencial e com respeito, e partilhadas apenas com as pessoas envolvidas na gestão e resposta às queixas.

Compreendo que partilhar estas informações significa que alguém do projecto, os especialistas em salvaguardas sociais, poderá vir falar comigo. Em qualquer caso, tenho o direito de mudar de ideias sobre a partilha de informações com a equipa de gestão de reclamações designada pelo projecto.

Autorização do queixoso: Sim \_\_\_ Não \_\_\_

(ou um dos pais/tutor, se o queixoso/sobrevivente for menor de 18 anos)

Assinatura/impressão digital do queixoso/sobrevivente

(Ou de um dos pais/responsável, se o queixoso/sobrevivente for menor de 18 anos)

Código do ponto focal/supervisor: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Nome(s) do(s) signatário(s): \_\_\_\_\_

Contacto Telefónico: \_\_\_\_\_

Endereço (referência de residência): \_\_\_\_\_